



Somague – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Rua Dr. António Loureiro Borges, 9-9A Arquiparque - Miraflores 1495-131 Algés - PORTUGAL
Tel. +351 21 413 70 00 Fax +351 21 413 70 01 www.somague.pt somague@somague.pt
Capital Social: 130.500.000 € Matrícula N° 11 995 - Oeiras - C.R.C. Cascais NIPC: 500 257 752 - Sociedade Aberta

RELATÓRIO E CONTAS 1º SEMESTRE 2003

ÍNDICE

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- Balanços Consolidados
- Demonstrações Consolidadas dos Resultados por Naturezas
- Demonstrações Consolidadas dos Resultados por Funções
- Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa
- Lista de Acções

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA DO AUDITOR EXTERNO

RELATÓRIO SIMPLES DE GESTÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Balanços
- Demonstrações dos Resultados por Naturezas
- Demonstrações dos Resultados por Funções
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA DO AUDITOR EXTERNO

RELATÓRIO DE GESTÃO - 1º SEMESTRE DE 2003

Senhores Accionistas,

A actividade e os resultados da Somague mantiveram-se, ao longo deste período, em contraciclo com o mercado, tendo o volume de negócios crescido 18% e os resultados líquidos 36%.

Este crescimento, que resulta em larga medida da capacidade desenvolvida de montar e apresentar soluções globais aos nossos clientes, encontra-se alinhado com o Plano de Actividades para 2003 e deverá manter a tendência até ao final do corrente exercício.

A finalização das obras relacionadas com o Euro 2004 e a continuada contenção do investimento público têm levado a área de Engenharia da Somague a um grande esforço de contenção no crescimento da estrutura e do investimento, com recurso crescente à subcontratação e à articulação de meios com a Sacyr, de forma a que de um previsível menor crescimento da actividade em 2004 não venha a resultar um impacto significativo sobre a conta de resultados.

Na área de Serviços, merece destaque o especial dinamismo do mercado das concessões municipais de água e saneamento, tendo a Somague, através da AGS, liderado propostas para todos os concursos, dos quais deverá resultar um reforço do seu posicionamento, já de grande relevância neste sector. Ao mesmo tempo mantém-se por conhecer a orientação do Governo relativamente ao processo de desintervenção do Estado neste sector, designadamente no que respeita à participação da Aquapor nos concursos e à sua manutenção no universo empresarial do Estado, através da Águas de Portugal, SA.

No que diz respeito às concessões rodoviárias, foi assinado em Março um acordo de parceria estratégica com a Brisa relativamente à participação conjunta em novas concessões e no âmbito dos accionistas da Autoestradas do Atlântico, tendo posteriormente o núcleo construtor dessa concessionária acordado com a Brisa uma participação minoritária na nova concessionária a constituir para o IC1, em articulação com o correspondente contrato de construção.

Ainda na área de Serviços, merece destaque a parceria formalizada com a José de Mello Saúde no âmbito dos concursos relacionados com os novos hospitais, em que a Somague estará envolvida com aquela entidade de uma forma paritária na concepção, operação e financiamento das infraestruturas, liderará a respectiva construção e participará minoritariamente nas sociedades de prestação de serviços de saúde.

Na área internacional, têm vindo a ser concretizadas as acções que permitirão a centralização no Brasil, em Angola e em Macau da actividade internacional da Somague; o Brasil com actividade de construção e serviços; Angola com actividade essencialmente de construção e Macau de serviços, sendo de referir o cenário aparentemente favorável de desenvolvimento da economia brasileira. Para além destes mercados, têm algumas participadas da Somague vindo a intervir de uma forma relevante e crescente como prestadoras de serviços em áreas de especialidade em Espanha e na Irlanda.

A regularização das dívidas existentes relativas à construção do Estádio da Luz permitiu manter estável o activo total ao nível dos valores de Dezembro de 2002 e proceder a alguma redução do endividamento consolidado, não obstante o crescimento da actividade, a concretização do plano de investimentos nas concessões e o desenvolvimento de novos parques eólicos.

PARTICIPADAS

Engenharia

No primeiro semestre do corrente ano, o sector da Construção conheceu um forte decréscimo da actividade que se traduziu em quebras extremamente significativas no número de fogos concluídos e nos concursos de obras públicas adjudicados. Em consequência, praticamente todos os indicadores de actividade registaram quebras acentuadas, reaparecendo simultaneamente fenómenos típicos de uma conjuntura adversa que se repercutiram, em cascata, sobre a totalidade do tecido empresarial, e dos quais merecem destaque pela sua relevância, a intensificação dos atrasos de pagamento por parte do Estado, o aviltamento de preços e o crescimento do desemprego.

A origem dos problemas existentes, bem retratada nas análises efectuadas pela ANEOP, e que aqui reiteramos, é simultaneamente conjuntural e estrutural. Os problemas conjunturais, dadas as características próprias deste sector, só se poderão combater com instrumentos de dinamização do crescimento económico, entre os quais ressalta o investimento público selectivo, pela via do efeito multiplicador que ele exerce sobre um considerável número de outras variáveis económicas.

Do ponto de vista estrutural, o sector português de construção tem de avançar para um modelo centrado na concentração e na especialização, tal como já vêm fazendo, desde há muito, outros países europeus. A lógica de concentração é um poderoso instrumento de clarificação e disciplinador dos mercados ao permitir uma melhor utilização dos recursos num sector de actividade maduro e de margens estreitas. Para além deste aspecto fulcral, a concentração é incontornável para a viabilidade da internacionalização das empresas, onde o atributo “dimensão” é condição fundamental para se ter a possibilidade de aceder aos grandes mercados mundiais.

Neste âmbito, o enquadramento legislativo do sector terá obrigatoriamente que ser melhorado de modo a fomentar a constituição de grupos empresariais de dimensão próxima da média europeia, a premiar os mais capazes, a promover o aumento da produtividade e a incentivar os que pretendam aceder a este patamar. A legislação terá por isso de vir a consagrar soluções que visem a criação de um clima de confiança entre as partes contratantes e conter mecanismos que estratifiquem o mercado garantindo que as obras mais volumosas e mais complexas sejam executadas pelas empresas melhor apetrechadas.

Apesar das incertezas relacionadas com a conjuntura nacional e internacional, o 1º semestre de 2003 da Somague Engenharia desenvolveu-se em claro contraciclo com o sector, fruto da implementação de uma estratégia que tem vindo a ser consistentemente desenvolvida e que lhe permite hoje ter uma carteira de obras menos dependente dos clientes públicos, alimentada em parte pela Somague Serviços.

Assistiu-se no semestre a uma melhoria gradual dos principais indicadores do negócio, nomeadamente no que respeita à actividade e resultados registados. O volume de angariações da Somague Engenharia, ascendeu no semestre a cerca de 200 milhões de Euros, estando em fase de celebração contratos no valor de mais 50 milhões de Euros, o que coloca o valor angariado no período em cerca de 250 milhões de Euros.

Das principais obras angariadas e em fase de celebração de contrato destacamos:

- Brisa – Alargamento A1 – Troço Aveiras / Santarém
- Metropolitano de Lisboa – Linha Vermelha
- Casa da Música do Porto - Acabamentos
- Freeport – Campo Lúdico de Alcochete 2ª Fase
- Acessibilidades ao Novo Estádio da Luz
- Estádio do União de Leiria – Topo Norte / Acabamentos / Acessibilidades
- Estádio de Faro / Loulé - Bancadas

A actividade consolidada da Somague Engenharia situou-se no semestre em cerca de 364,8. milhões de Euros o que representa um crescimento de 19 % face ao 1º semestre de 2002.

Os resultados operacionais consolidados do semestre, quando comparados com o mesmo período de 2002, registaram uma melhoria significativa, com uma variação positiva de 33 %, passando de 8,5 para 11,3 milhões de Euros. Os resultados antes de impostos uma cresceram 7 %, passando de 6,8 para 7,3 milhões de Euros.

É de registar o bom desempenho das participadas nacionais, que têm permitido reforçar a presença da Somague nas Regiões Autónomas e aumentar as competências em alguns segmentos do sector da construção em Portugal , como são o caso da Tecnasol e da Neopul, nomeadamente nos segmentos da Geotecnia, Jet-Grouting, infra-estruturas Ferroviárias e Abastecimento de Água e Saneamento.

Deu-se continuidade à reorganização da actividade internacional da construtora, aparecendo hoje fortemente direccionada para os mercados Brasileiro e Angolano, com forte potencial de crescimento e onde a empresa intervém de forma bem estruturada.

Apresentam-se de seguida os indicadores do semestre das principais participadas da Somague Engenharia:

(unid : MEuros)

<u>Empresas</u>	<u>Volume de</u> <u>Negócios</u>	<u>Resultado</u> <u>Líquido</u>
-----------------	-------------------------------------	------------------------------------

Participadas Nacionais

Somague Engenharia Madeira SA	29.199	1.220
Somague – Ediçor, Engenharia SA	23.422	512
Tecnasol / FGE, Fundações e Geotecnia, SA	23.053	234
Neopul- Sociedade de Estudos e Projectos SA	9.091	(174)
Somague TI – Tecnologias de Informação SA	1.791	230

Participadas Internacionais

Somague Engenharia do Brasil	5.504	850
Somague Engenharia de Angola / Habitar	9.063	60
CVC –Construções de Cabo Verde SARL	4.996	(167)

Importa também o envolvimento da Somague na construção de três dos quatro principais estádios de futebol nacionais que, a par das debilidades financeiras evidenciadas pelo sector público, têm originado um crescimento significativo do fundo de maneo da construtora, tendência que, apesar de se encontrarem já regularizadas as dívidas relativas à construção do Estádio da Luz, se deverá manter ainda ao longo do 3º trimestre de 2003, até à plena regularização e operacionalidade dos financiamentos dos restantes projectos.

A Somague orgulha-se hoje de ter uma área de Engenharia rentável, baseada numa gestão rejuvenescida e suportada por modernos sistemas de informação, com uma capacidade operacional que lhe permite estar presente na esmagadora maioria dos grandes projectos em curso em Portugal, com padrões de qualidade e segurança reconhecidos pelos seus clientes.

No futuro, será incrementada a rentabilização das capacidades existentes e o desenvolvimento progressivo do envolvimento em projectos articulados com a área de serviços e imobiliária, na óptica da venda de soluções integradas aos clientes Somague.

No quadro seguinte apresentam-se alguns dos principais indicadores económico-financeiros da empresa :

<u>Indicadores</u>	<u>1º Sem. 2002</u>	<u>1º Sem. 2003</u>	Unid: MEuros <u>Variação</u> <u>2002/2003</u>
--------------------	---------------------	---------------------	--

1 Actividade

Volume de negócios	305.509	364.794	19,4 %
--------------------	---------	---------	--------

2 Rendibilidade

Resultados Líquidos	5.175	5.038	(2,6) %
Res.antes de Impostos	6.854	7.299	6,5 %
Res. Operacionais	8.535	11.326	32,7 %
Meios Libertos	12.982	13.904	7,1 %

3 Estrutura Financeira

Capitais próprios	94.774	100.324	5,9 %
Autonomia financeira	16%	14%	(12,5)%

Serviços

a) Ambiente

Em conformidade com as principais linhas orientadoras para o ano de 2003, constatou-se no primeiro semestre que a SOMAGUE AMBIENTE continua a desenvolver uma actividade pluridisciplinar no mercado do ambiente, como prestadora de serviços integrados aos clientes.

Em termos qualitativos há a registar desenvolvimentos e uma dinâmica relevante nas áreas de actuação da FINERGE – Gestão de Projectos Energéticos, S.A. e da AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A., apesar de nesta área prosseguir a indefinição política sobre o sector da água e saneamento.

Apesar da referida indefinição política, verificou-se um movimento, por parte das Autarquias, de retoma dos concursos para concessão dos serviços de distribuição e saneamento de águas, tendo ocorrido seis concursos e a AGS apresentado propostas técnicas e comercialmente competitivas em todos eles – Marco de Canavezes, Lousada, Barcelos, Vila do Conde, Penafiel e Paços de Ferreira.

Novos concursos vão decorrer ainda este ano, sendo um momento importante de consolidação da carteira de concessões operadas pela empresa.

Em termos do posicionamento da AGS nestes concursos, é de referir a decisão tomada e implementada de esta empresa apenas concorrer em posição maioritária, quer se tratem de parceiros locais ou da Aquapor, parceiro tradicional até então da AGS nestes concursos.

Encontram-se em fase de renegociação com o concedente os contratos de Setúbal e da Figueira da Foz, com vista a incluir ajustamentos nos planos de investimento.

Em Macau, consolidou-se, por via da FOCUS, o domínio da operação do Aeroporto de Macau ao adquirir à Texasia 10% da participação que aquela empresa ainda detinha, para além de ter sido atribuído à CESL-ÁSIA o contrato de Programação & Marketing do Centro Cultural de Macau, contrato que lhe havia sido retirado após a transferência de soberania e que plenamente confirma o reconhecimento pelas autoridades da Região das capacidades e valências da Cesl-Asia como relevante prestador de serviços de Macau. Ainda neste âmbito, está em fase de apreciação pelo Governo da Região o projecto relativo à expansão da Central de Incineração.

Relativamente à actividade da Engigás e do núcleo de empresas que controla – TEGAEL e ENGIBRAS (BR) – é de referir o desempenho abaixo do previsto durante este primeiro semestre, devido, especialmente, ao abrandamento dos investimentos dos concessionários de gás, electricidade, comunicações e água. Também no Brasil, o atraso na renegociação dos preços praticados à Comgas – fruto da aceleração da inflação verificada – degradou a margem da empresa, situação que deverá ser ultrapassada pelo reiterado reconhecimento do Cliente da excelência dos serviços prestados. Ainda na actividade da ENGIBRAS, há a registar a adjudicação de um primeiro contrato pela PETROBRAS, de intervenção na maior refinaria do País.

A TEGAEL foi afectada pela grande quebra no investimento e preços praticados, das operadoras de telecomunicações. Entretanto, prosseguiu o reforço das competências da empresa na área da electricidade, tendo sido ganho um importante contrato na Irlanda para a ESB, de construção e reabilitação de redes.

A FINERGE – GESTÃO DE PROJECTOS ENERGÉTICOS, S.A., viu confirmada a grande dinâmica do sector da produção de electricidade, em particular com recurso à energia eólica; acrescentaram-se ao património de licenças em carteira para a construção de parques eólicos mais 12 MW, para além do inicio da construção da linha eléctrica do Parque do Outeiro, primeiro passo para a construção deste parque de 30 MW e do arranque da construção de vários parques, totalizando uma potência em redor dos 20 MW e que ainda entrarão em funcionamento em 2003.

Ao nível da cogeração, foi dada prioridade à conclusão do processo com vista à reclassificação de todas as centrais ao abrigo do novo regime tarifário que valoriza a venda integral da electricidade produzida à rede eléctrica, tendo sido celebrada uma parceria com a GALP POWER para a construção de uma central para a fábrica de cervejas da Vialonga da Sociedade Central de Cervejas.

A HIDURBE – GESTÃO DE RESÍDUOS, S.A. prosseguiu a montagem com a EDA e a EDP, do projecto da ETRSU de S. Miguel e viu reforçada a carteira de contratos nos Açores e na Madeira para além da adjudicação da Sporting – Alvalade XXI relativa à gestão global de resíduos daquele novo recinto. A Hidurbe esteve ainda envolvida neste período na elaboração do Projecto Global de Resíduos da Província de Luanda, que poderá vir a perspectivar uma relevante actividade na capital de Angola

Porém, o desenvolvimento futuro desta sociedade continua dependente da definição da política para o sector e do futuro da EGF – Grupo ADP.

A PROCESL – ENGENHARIA HIDRÁULICA E AMBIENTAL, LDA viu reduzida a sua actividade por via do abrandamento do investimento público e privado, tendo contudo alcançado os resultados orçamentados. No final do semestre foi já possível registar alguma retoma de actividade, para o que contribuiu o apoio à AGS na preparação dos concursos para as concessões municipais de água e saneamento, e um novo envolvimento na realização de estudos de impacto ambiental para a instalação de aerogeradores e de planos de ruído.

A VIVEIROS DO FALCÃO – EMPRESA DE AGRICULTURA E JARDINAGEM, S.A. conheceu uma recuperação face ao mau exercício de 2002, detendo uma carteira de actividade razoável até ao final do ano, tendo-se procedido a uma reestruturação da empresa, contribuindo assim para o esforço de recuperação dos resultados.

Quadro Resumo de Indicadores - 30 de Junho de 2003

Valores em Euros

Empresa		2002 (1º SEMESTRE)				2003 (1º SEMESTRE)			
		Capital Próprio	Activo Líquido	VOLUME de Negócios	Resultado Líquido	Capital Próprio	Activo Líquido	VOLUME de Negócios	Resultado Líquido
	%								
Somague Ambiente (consolidado)	-	3.518.923	43.365.179	15.955.449	260.438	2.683.052	57.270.950	16.858.925	75.978
Somague Ambiente (simples)	-	3.518.923	21.420.551	431.055	260.438	2.683.052	28.409.924	352.869	75.978
Participações da Somague Ambiente:									
Procesl	70,00%	998.604	4.383.888	2.105.899	266.482	1.302.799	5.103.561	2.617.619	364.919
AGS	100,00%	2.485.023	15.830.775	2.898.264	(85.718)	2.453.533	21.272.031	2.985.495	(627.265)
Hidurbe	100,00%	933.649	3.473.252	1.848.217	147.187	1.266.276	2.490.194	1.355.398	269.334
Cesl Ásia	51,00%	3.363.377	8.523.274	7.210.870	265.863	2.825.577	10.211.723	7.497.110	303.786
Viveiros do Falcão	51,80%	787.870	4.594.478	1.720.681	(287.417)	645.172	5.846.474	1.973.500	(58.582)
Finerge	50,00%	1.218.146	7.550.639	787.175	233.037	2.286.111	24.639.849	5.618.570	607.368
Engigás	40,00%	4.300.681	19.778.038	14.063.111	1.185.517	2.915.777	19.500.609	12.869.681	(860.514)
Participações da Procesl:									
Hidro 4	100,00%	61.417	250.119	69.614	1.063	40.054	230.788	18.481	(3.280)
Sanambi	85,00%	(15.444)	106.686	28.582	(16.049)	(128.953)	64.591	-	(2.755)
Participações da Hidro 4:									
AIA	100,00%	(7.519)	15.238	10.219	(1.127)	(10.759)	2.490	1.500	(487)
Participações da AGS:									
Águas do Sado	40,00%	2.877.795	29.234.496	5.498.111	(370.315)	1.373.562	29.461.970	5.067.371	(423.550)
Tratave	40,00%	456.464	81.684.917	3.508.648	(59.461)	251.921	78.762.946	3.140.569	(90.254)
Águas da Figueira	40,00%	3.303.249	22.531.089	1.991.562	86.749	3.294.393	23.405.675	2.658.422	68.363
Resil	99,00%	1.563.943	2.051.161	52.547	(197.149)	1.750.323	2.000.910	58.739	353.581
Águas de Cascais	30,50%	2.700.479	30.146.180	12.470.378	(1.062.006)	6.962.029	44.162.783	13.173.047	(242.831)
Águas de Gondomar	42,50%	2.965.466	19.839.799	5.685.763	494.734	2.675.830	28.149.586	6.090.471	(134.186)
Águas de Carrazeda	75,00%	1.001.304	2.716.507	247.410	(13.184)	971.449	5.674.165	278.564	(63.471)
LRTM	50,00%	258.532	355.955	100.612	(13.243)	267.122	447.996	137.234	-
ETARLIMA-ACE	50,00%	27.322	335.994	200.246	27.322	25.642	459.141	235.390	17.830
ECOBARCELOS-ACE	50,00%	(11.287)	408.883	388.963	(11.287)	(87.915)	669.900	568.232	(49.923)
AMBIPORTO-ACE	50,00%	7.978	375.240	297.382	7.798	29.750	550.757	470.738	28.400
Participações da Resil:									
Águas de Mandaguahy	40,00%	(1.182.794)	2.781.295	436.457	(477.203)	(1.308.662)	1.765.811	648.334	615.503
Sanear	52,00%	3.419.525	5.721.373	793.405	(6.118)	3.001.207	4.944.607	910.222	89.935
Saneciste	60,00%	26.642	26.642	-	(1.766)	15.338	27.978	-	-
Participações da Cesl-Ásia:									
AGS Macau	60,00%	916.874	1.725.482	3.917.657	792.944	633.564	1.416.449	1.369.134	217.734
MPS	80,00%	9.573	479.554	221.563	(106.007)	330.815	1.660.436	886.887	219.092
FOCUS	85,00%	176.978	1.995.102	1.511.754	23.636	4.361	2.905.693	2.766.187	(131.219)
Participações da AGS Macau:									
CGS	58,30%	662.694	2.374.122	3.712.160	171.861	351.264	1.726.089	3.115.354	(81.659)
CEI	50,00%	545.875	937.956	924.785	114.070	26.067	146.505	123.410	(10.965)

b) Concessões e Serviços

A conjuntura económica portuguesa condicionou, para o período em análise, o lançamento de novos projectos para além da contenção, que se espera meramente temporal, de projectos em curso, afectando assim directamente a actividade da empresa.

Concretamente no sector de infra-estruturas rodoviárias, ainda se aguarda o novo lançamento do projecto IC16/IC30, o retomar das negociações da fase final do IC11 suspensos há cerca de dois anos e uma orientação sobre o projecto do IC36 que permitirá

integrar a rede de Auto-Estradas do Atlântico (AEA) com a rede nacional de auto-estradas na zona de Leiria.

Nos projectos insulares, a chamada SCUT dos Açores deverá finalmente ter os candidatos seleccionados para a fase decisória já no início do 3º trimestre.

Não houve, ou sequer estão formalmente anunciados, projectos de portagem real, como o Mira-Mangualde ou o IC24.

A Empresa concretizou neste período de tempo e com quatro accionistas de AEA uma parceria estratégica com a BRISA para o projecto IC16/IC30 e prosseguiu as negociações tendentes à conclusão do processo de concentração accionista em AEA.

Na área aeroportuária, e no que respeita ao Novo Aeroporto de Lisboa, é questionável a manutenção do Agrupamento a que pertencemos face às opções estratégicas do próprio Estado, nomeadamente no que respeita ao papel reservado à ANA como possível entidade coordenadora daquele projecto.

Na área ferroviária continua a indeterminação sobre o projecto Metro do Mondego, sendo de assinalar que a Empresa constituiu com a Transdev (francesa) e a Ineco (espanhola) um consórcio para a participação no capital da MTSA (Metro de Superfície de Tenerife – Canárias) e sua operação, ultimando-se a sua formalização em negociação directa com o Concedente.

Internacionalmente, a empresa viu o Governo Grego reconfirmar a sua posição nos concursos para dois projectos de auto-estradas e continua atenta, no Brasil, aos novos projectos federais com implantação no Estado de São Paulo, bem assim como a projectos ferroviários urbanos neste Estado.

No Brasil, o comportamento das participadas começa a reflectir o clima de confiança no Governo de Lula da Silva, sendo especialmente relevante a estabilização da moeda brasileira neste período. Merece especial destaque a concessionária Via Norte onde a política de contenção de custos se mostrou particularmente eficaz.

As participadas rodoviárias nacionais registaram desvios com algum significado em relação ao orçamentado (Lusoponte e Auto-Estradas do Atlântico), resultado da conjuntura económica vivida no período, admitindo-se uma recuperação ligeira para o final do ano. Na Madeira, a Via Litoral mantém-se com os níveis de tráfego esperados.

Em anexo apresentamos o quadro comparativo dos principais indicadores económicos com o semestre do ano transacto.

SOMAGUE CONCESSÕES E SERVIÇOS
INDICADORES ECONÓMICO- FINANCEIROS - JUNHO 2002 / 2003

Empresa	%	2002 (1º SEMESTRE)				2003 (1º SEMESTRE)			
		Capital Próprio	Activo Líquido	Volume Negócios	Resultado Líquido	Capital Próprio	Activo Líquido	Volume Negócios	Resultado Líquido
Somague Concessões e Serviços (Consolidado)	-	28.410.906	54.067.069	2.069.611	(267.795)	25.431.248	63.323.745	1.225.499	1.073.563
Somague Concessões e Serviços (Simples)	-	34.575.214	57.848.993	1.346.343	(33.920)	22.585.110	60.460.416	613.731	(213.052)
Participações Somague Concessões e Serviços:									
Somest	100,00%	2.999.153	5.014.776	723.268	(187.365)	4.396.668	4.413.444	611.768	189.369
Braest (***)	100,00% (**)	9.902.754	11.786.520	-	56.357	10.872.264	10.872.679	-	455.686
Lusoponte	17,21%	42.093.820	1.010.095.996	29.346.657	2.522.474	46.972.259	993.957.430	27.178.999	3.739.937
Auto - Estradas do Atlântico (*)	8,99%	51.514.692	538.982.329	23.421.678	(8.599.574)	30.538.730	577.545.872	24.069.978	(7.310.110)
Vialitoral (*)	4,80%	14.596.958	322.651.258	19.876.153	(381.038)	16.730.475	392.329.024	20.387.558	(414.376)
Oesterota (*)	12,00%	552.246	8.890.692	-	28.008	521.956	11.473.031	-	(1.925)
Participações da Somest:									
Vianorte (*)	12,15%	22.728.350	49.421.348	14.850.310	(67.370)	20.887.912	45.359.273	10.593.627	(249.836)
Participações da Braest:									
Triângulo do Sol	40,00%	27.350.554	87.549.940	17.535.547	1.889.975	24.117.205	81.707.419	11.576.853	869.863

Valores em Euro

(*) - Não Consolidados nas contas da Somague Concessões e Serviços

(**) - Na Braest, 96,3% são detidos directamente e os restantes 3,7% são detidos através da Somest.

(***) - Consolidado com a Triângulo do Sol (Equivalência Patrimonial).

c) Promoção e Montagem de Negócios (Imobiliário)

A actividade da Somague PMG, ainda muito influenciada pelo desenvolvimento dos empreendimentos de Habitação a Custos Controlados em curso, atingiu neste semestre cerca de 2,2 milhões de euros, sendo menor do que a prevista e francamente abaixo da atingida em igual período no ano anterior.

Esta situação deve-se, para além do não crescimento da economia, às medidas restritivas implementadas, designadamente à inibição das autarquias de aumentarem o seu endividamento mesmo para satisfazer compromissos de aquisição de fogos destinados a programas de realojamento.

Também um novo e singular posicionamento do Tribunal de Contas levou a que não fossem aprovados processos que anteriormente eram considerados correctos, impedindo a celebração escrituras de compra e venda com manifestos custos sociais e prejuízos para os promotores, ao mesmo tempo que provocou uma paralisação de novos processos.

A Somague PMG está empenhada numa estratégia de reforço de intervenção na área da promoção imobiliária, podendo a mesma ser incrementada em parceria com a Vallehermoso, empresa líder no mercado imobiliário espanhol e pertencente ao Grupo Sacyr-Vallehermoso.

O valor da actividade previsto para o final do ano situar-se-á em cerca de 19 milhões de euros.

O resultado ascende, neste primeiro semestre, a 918 milhares de euros, francamente acima do previsto bem como do resultado verificado no período homólogo do ano anterior, em parte por via da venda da nossa participação na sociedade detentora do empreendimento de Alcântara Rio.

Ao nível das empresas participadas pela Somague PMG, a JARDINS BRAÇO DE PRATA- Empreendimentos Imobiliários, SA mantém o seu desenvolvimento dependente da reformulação por parte da Câmara Municipal de Lisboa do Plano de Urbanização da Zona Ribeirinha Oriental de Lisboa, onde se enquadra este loteamento. Em Dezembro de 2001, esta sociedade assinou com a Feira Nova, Hipermercados, S.A. um contrato de promessa de compra e venda para aquisição das fracções autónomas que vierem a corresponder aos lotes 6, 7, 9, 10, 12 14 e 15, totalizando 384 apartamentos e 2.995 metros quadrados de escritórios, no empreendimento Bela Lisboa (Quadra de Chelas), cujos trabalhos de construção se iniciaram em 2002, e estão em fase de conclusão.

Relativamente ao projecto imobiliário das Antas, no Porto (onde a Somague detém 25%) em parceria com a Vallehermoso e Amorim Imobiliária, aguarda-se a aprovação formal do projecto de Arquitectura por parte da Câmara Municipal do Porto, estando a ser concluída a escavação geral do Centro Comercial, hotel e bloco de apartamentos T0's, tendo-se iniciado a empreitada de construção da estrutura de betão armado dos edifícios, adjudicada à Somague Engenharia.

Neste projecto, e como é público, a exigência por parte da Câmara Municipal do Porto de redução da edificabilidade prevista no Plano inicialmente aprovado veio a provocar um impacto negativo nos resultados globais expectáveis.

Relativamente aos empreendimentos de Habitação a Custos Controlados integrados no Plano de Reconversão do Casal Ventoso, em Lisboa, aguarda-se ainda a aprovação por parte da Câmara Municipal de Lisboa da reclamação apresentada relativamente à alteração dos valores de venda da Escola, Piscina e Centro de Saúde.

No quadro seguinte apresenta-se um resumo da evolução dos principais indicadores económico-financeiros da empresa e das suas participadas. (un:milhares de contos)

Quadro Resumo de Indicadores - Relatório e Contas a 30 de Junho de 2003
Valores em euros.

Empresa	% de Participação	2002 (1º SEMESTRE)				2003 (1º SEMESTRE)			
		Capital Próprio	Activo Líquido	Volume de Negócios	Resultado Líquido	Capital Próprio	Activo Líquido	Volume de Negócios	Resultado Líquido
Somague PMG (consolidado)	-	8.930.730	71.223.702	11.207.270	455.731	10.170.174	59.439.332	2.165.719	918.326
Somague PMG (simples)	-	8.930.730	68.051.116	11.207.270	455.731	10.170.174	55.662.699	2.165.719	918.326
Participações da Somague PMG:									
Promoceuta (*)	55,00%	(14.029)	6.986.533	- 0	(10.815)	(40.312)	6.865.714	- 0	(18.816)
HSE (****)	27,50%	(559) #	92.430.603	-	(3.733)	8.989 #	88.123.188	-	(418)
Jardins de Braço de Prata	10,00%	113.782	58.087.907	-	-	113.782	66.728.667	-	-
Soconstroil (**)	50,00%	3.868	1.518.831	-	-	2.827	1.518.736	-	(12)
Big Plan (**)	100,00%	(11.856)	1.907	-	(561)	17.633	1.829	-	(4.190)
1,10-Construções e Empr.Imob. SA (***)	33,32%	57.937	97.779	-	-	18.337	3.137.020	-	(22.797)
Espaço Portimão,Lda (****)	33,33%	4.282	22.133.627	-	-	(435)	26.305.131	-	(1.140)
Aplicação Urbana II (****)	25,00%	46.717	23.497.909	-	-	(400.669)	28.831.109	-	(92.748)

(*) - Incluído na consolidação pelo método proporcional

(***) - Incluído na consolidação pelo método da Equivalência Patrimonial

(****) - Informação disponível a 31/05/2003 - Equivalência Patrimonial em 31/05/03

(*****) - Informação disponível a 30/04/2003 - Equivalência Patrimonial em 30/04/03

d) Serviços – Outros negócios

No âmbito da actividade da Somague Serviços e relativamente ao envolvimento da Somague em novos negócios, destacam-se os dois projectos em curso na área da saúde, embora de dimensões e âmbito de actuação bastante diversos.

No primeiro caso, trata-se de um projecto de criação de uma rede de prestação de serviços na área dos cuidados continuados, designado “Projecto Seniores”, para o qual já foram constituídas a empresa e a equipa e desenhado o plano de negócios, decorrendo actualmente a fase de selecção dos locais de implantação das primeiras unidades.

No segundo caso, trata-se da já anunciada participação da Somague, em parceria com a José de Mello Saúde, no processo de concurso dos novos hospitais, que incluirá um participação relevante da Somague no financiamento, construção e operação das respectivas infraestruturas e ainda de uma participação minoritária na sociedades que vierem a efectuar a prestação directa dos cuidados de saúde.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O volume de negócios consolidado da Somague durante o primeiro semestre de 2003 atingiu 379 milhões de euros, a que correspondeu um resultado antes de impostos e interesses minoritários de 7.5 milhões de euros e um resultado líquido de 4.5 milhões de euros, representando estes valores um crescimento de 18% na actividade, 32% nos resultados antes de impostos e 35% nos resultados líquidos.

O activo consolidado atingiu 910 milhões de euros, que apesar de corresponder a um crescimento de 17% relativamente a 30 de Junho de 2002, representa a manutenção dos valores do final de 2002, apesar do crescimento significativo da actividade e da continuação dos investimentos estratégicos na área de serviços.

É previsível a resolução no terceiro trimestre da regularização dos pagamentos relacionados com a construção do novo estádio do Futebol Clube do Porto, situação que após a correspondente regularização do Sport Lisboa e Benfica, realizada em Junho, deverá permitir atingir o final do ano de 2003 sem crescimento do activo total consolidado.

Ao nível da conta de resultados, é de referir que se verificou neste semestre uma evolução positiva das margens operacionais que se deve, em parte, ao efeito do crescimento da actividade não acompanhado pelo correspondente crescimento dos custos fixos.

Como factos positivos do semestre, deverá ainda ser realçado o comportamento positivo da moeda brasileira que, em semestres anteriores, provocou desvalorizações significativas nas participações financeiras naquele país e, correspondentemente, nos capitais próprios da Somague, para além de influenciar negativamente os resultados dessas participadas, especialmente as que se tinham financiado no exterior.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução dos principais indicadores económicos e financeiros (valores em milhões de euros):

Indicadores	1º Sem. 2002	1º Sem. 2003	Variação 2002/2003
1. Actividade			
Volume de negócios	321.2	379.4	+ 18%
2. Rendibilidade			
Resultados líquidos	3.3	4.5	+ 36%
Resultados antes de impostos	5.7	7.5	+ 32%
Resultados operacionais	8.6	11.1	+ 29%
Resultados financeiros / Vol. negócios	- 1.4%	- 1.4%	
Meios libertos totais	13.2	15.8	+ 20%
3. Estrutura Financeira			
Capitais próprios	145.6	142.4	- 2%
Activo total	778.1	910.0	+ 17%

PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO

De acordo com o Plano Estratégico da Somague, os anos de 2003, 2004 e 2005 representarão a consolidação do posicionamento da Somague nas área dos Serviços, em simultâneo com a manutenção da liderança alcançada em Portugal na área tradicional – Engenharia.

A organização, como um todo, terá de responder a este desafio, encarando realisticamente a transição de uma estrutura preparada para o desenvolvimento, de raiz, de novas áreas de negócio, para uma outra mais adaptada à gestão dessas mesmas áreas, sempre numa perspectiva clara de manter uma gestão operacional descentralizada, suportada em potentes sistemas de reporte e controlo, ao mesmo tempo que se centralizam as decisões estratégicas e o acompanhamento da evolução do valor e risco relacionados com os novos negócios.

Assim, sob a Somague SGPS, que se manterá como o centro de decisão estratégica, ficarão três sociedades que controlarão toda a actividade operacional: a Somague Engenharia, que congrega toda a actividade relacionada com a construção, em Portugal e no exterior; a Somague Serviços que incorporará, por fusão, as actuais Somague Ambiente e Somague Concessões e Serviços e ainda uma terceira sociedade, em constituição, que incorporará os activos imobiliários existentes na actual Somague PMG e que passará assim a ser o braço imobiliário da Somague.

Esta nova sociedade imobiliária irá ser desenvolvida em parceria com a Vallehermoso, culminando um processo de investimentos conjuntos iniciados com a participação no projecto imobiliário da Antas, no Porto, e de forma a tirar máximo partido da experiência daquela sociedade, que é líder de mercado em Espanha.

Com esta reorganização, a Somague dará mais um passo na profissionalização da sua estrutura e dos procedimentos, garantindo-lhe a capacidade de continuar a crescer com pleno controlo dos riscos envolvidos e informação atempada, aproximando a gestão da operação e garantido a qualidade da informação de suporte ao processo de decisão.

Mantemos, em termos estratégicos, as nossas preocupações centradas na indefinição do cenário em que se irá desenvolver a intervenção do Estado nas várias áreas em que a Somague está envolvida e que passa pela não existência de um planeamento a prazo do investimento público, designadamente no que se refere a projectos estruturantes, pela ausência de estratégia conhecida de médio e longo prazo para o sector das águas e pelos atrasos e hesitações relacionados com as novas concessões rodoviárias, que poderão ser alargados à ausência de um modelo de médio prazo para a solução da questão do sector público dos transportes.

Independentemente das soluções, a clarificação da política do Governo nestas áreas será essencial para que se possa proceder a uma reavaliação da estratégia seguida e ao ajustamento que se venha a considerar mais oportuno à intervenção da presença da Somague nessas áreas.

Para a globalidade do ano 2003, é previsível a manutenção do crescimento registado ao nível da actividade e dos resultados no primeiro semestre deste ano. Maior incerteza mantemos relativamente ao desempenho no ano seguinte, que dependerá, em larga medida, da clarificação política relativamente às questões já mencionadas e do comportamento do investimento público.

Lisboa, 31 de Agosto de 2003

O Conselho de Administração

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2003 E 31 DE DEZEMBRO DE 2002

(Montantes expressos em Euros)

		30-06-2003		31-12-2002					
Activo	Notas	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido	Capital próprio e passivo	Notas	30-06-2003	31-12-2002
IMOBILIZADO:									
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:									
Despesas de instalação	27	15.948.754	(14.308.431)	1.640.323	2.089.242	CAPITAL PRÓPRIO:			
Despesas de investigação e de desenvolvimento	27	1.648.837	(1.047.194)	601.643	341.241	Capital	56 e 58	130.500.000	130.500.000
Propriedade industrial e outros direitos	27	32.173	(32.173)	-	-	Prêmios de emissão de ações	58	39.470.047	39.470.047
Trespases	10 e 27	73.716.045	(16.199.834)	57.516.211	60.118.275	Diferenças de consolidação	10 e 58	(28.053.298)	(27.931.583)
		91.345.809	(31.587.632)	59.758.177	62.548.758	Reservas legais	58	2.600.444	2.200.444
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:									
Terrenos e recursos naturais	27	10.795.343	-	10.795.343	9.084.724	Outras reservas	58	729.078	729.078
Edifícios e outras construções	27	32.006.241	(7.001.942)	25.004.299	11.563.475	Resultados transitados	58	(7.332.779)	(10.190.744)
Equipamento básico	27	104.267.547	(69.153.909)	35.113.638	40.412.862	Resultado consolidado líquido do semestre	58	4.513.315	7.225.171
Equipamento de transporte	27	24.388.366	(18.399.300)	5.989.066	6.571.800	Total do capital próprio		142.426.807	142.002.413
Ferramentas e utensílios	27	3.555.210	(2.824.409)	730.801	770.267	INTERESSES MINORITÁRIOS	59	4.438.061	4.919.909
Equipamento administrativo	27	15.134.795	(11.595.439)	3.539.356	3.366.897	PASSIVO:			
Outras imobilizações corpóreas	27	2.752.823	(1.340.313)	1.412.510	632.373	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS:			
Imobilizado em curso	27	3.951.641	-	3.951.641	15.054.118	Provisões para pensões	46	155.755	155.755
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	27	19.519	-	19.519	108.831	Outras provisões para riscos e encargos	46	11.551.310	10.221.910
		196.871.485	(110.315.312)	86.556.173	87.565.347			11.707.065	10.377.665
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:									
Partes de capital em empresas associadas	27 e 50	25.313.765	(77.463)	25.236.302	23.992.135	DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO			
Empréstimos a empresas associadas	27 e 50	41.453.302	(1.666)	41.451.636	28.838.244	Empréstimo por obrigações	60	5.190.773	13.299.523
Títulos e outras aplicações financeiras	27 e 50	15.812.993	(225.679)	15.587.314	16.288.287	Dívidas a instituições de crédito	60	111.995.310	96.517.524
Outros empréstimos concedidos	27 e 50	24.967.604	(764.843)	24.202.761	23.734.594	Outros empréstimos obtidos	60	14.336.798	-
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	27	3.756.744	-	3.756.744	3.756.744	Fornecedores conta retenções		13.889.870	13.146.309
	46	111.304.408	(1.069.651)	110.234.757	96.610.004	Adiantamentos de clientes		-	558.958
DÍVIDAS DE TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO:									
Cientes, conta corrente	62	2.623.740	-	2.623.740	9.089.743	Fornecedores de imobilizado, conta corrente	47	20.076.377	17.971.094
Outros devedores	53	3.300.000	-	3.300.000	-	Outros credores	61	2.969.297	4.591.450
		5.923.740	-	5.923.740	9.089.743			168.458.425	146.084.858
CIRCULANTE:									
EXISTÊNCIAS:									
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	65	15.928.397	(8.451)	15.919.946	14.256.208	DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO:			
Produtos e trabalhos em curso	51 e 66	33.975.425	-	33.975.425	30.234.457	Empréstimo por obrigações	60	8.108.750	8.108.750
Mercadorias	65	5.556.364	-	5.556.364	6.384.801	Dívidas a instituições de crédito	60	122.426.351	149.994.675
Adiantamentos por conta de compras		2.615.212	-	2.615.212	2.626.117	Adiantamentos por conta de vendas		5.055.422	5.002.406
		58.075.398	(8.451)	58.066.947	53.501.583	Fornecedores, conta corrente		196.677.777	217.615.820
DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO:									
Cientes, conta corrente		364.841.152	(192.535)	364.648.617	384.063.303	Fornecedores, títulos a pagar		8.897.951	8.104.486
Cientes, títulos a receber		3.293.717	-	3.293.717	1.780.595	Outros accionistas		3.850.244	1.043.630
Cientes de cobrança duvidosa		9.437.423	(9.437.423)	-	-	Adiantamentos de clientes		34.068.585	20.562.711
Outros accionistas		2.436.596	-	2.436.596	2.217.957	Outros empréstimos obtidos	60	22.219.313	17.466.765
Adiantamentos a fornecedores		7.051.420	-	7.051.420	8.772.919	Fornecedores de imobilizado, conta corrente	47	10.813.623	15.071.277
Estado e outros entes públicos	52	6.871.504	-	6.871.504	6.503.236	Estado e outros entes públicos	52	16.866.275	13.421.424
Outros devedores	53	49.027.414	(3.860.327)	45.167.087	49.894.544	Outros credores	61	27.210.479	45.362.610
	46	442.959.226	(13.490.285)	429.468.941	453.232.554			456.194.770	501.754.554
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS:									
Outros títulos negociáveis	69	6.385	-	6.385	2.745	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
Outras aplicações de tesouraria	69	-	-	-	3.500.000	Acréscimos de custos	63	41.490.517	35.708.980
		6.385	-	6.385	3.502.745	Proveitos diferidos	64	80.514.225	64.810.594
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA:									
Depósitos bancários	69	20.823.968	-	20.823.968	10.414.495	Impostos diferidos passivos	38	2.462.694	3.007.557
Caixa	69	1.845.627	-	1.845.627	1.164.864			124.467.436	103.527.131
		22.669.595	-	22.669.595	11.579.359				
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:									
Acréscimos de proveitos	54	121.540.369	-	121.540.369	120.346.105	Total do passivo		760.827.696	761.744.208
Custos diferidos	55	8.826.152	-	8.826.152	7.221.156	Total do capital próprio, interesses minoritários e passivo		907.692.564	908.666.530
Impostos diferidos activos	38	4.641.328	-	4.641.328	3.469.176				
		135.007.849	-	135.007.849	131.036.437				
Total de amortizações									
Total de provisões									
Total do activo									
Total do passivo									
Total do capital próprio, interesses minoritários e passivo									
Total do activo									

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 30 de Junho de 2003.

SOMAGUE - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES (SEMESTRES) FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2003 E 2002

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS	Notas	30-06-2003	30-06-2002	PROVEITOS E GANHOS	Notas	30-06-2003	30-06-2002
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				Vendas de mercadorias		189.111	105.715
Mercadorias		132.768	664.804	Prestações de serviços		385.089.904	321.081.481
Matérias		51.581.165	52.895.712		36 e 49	385.279.015	321.187.196
	65	51.713.933	53.560.516				
Fornecimentos e serviços externos		263.033.650	201.352.616	Variação da produção	66	2.715.432	673.821
				Trabalhos para a própria empresa		4.435.121	2.124.036
Custos com o pessoal:				Proveitos suplementares	67	2.400.429	734.170
Remunerações		42.542.157	40.868.423	Subsídios à exploração			280
Encargos sociais:				Outros proveitos e ganhos operacionais		471.053	861.146
Pensões		7.429	12.172	(B)		395.301.050	325.580.649
Outros		12.080.437	8.730.610				
		54.630.023	49.611.205				
		369.377.606	304.524.337				
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27	10.839.087	8.766.188				
Provisões	46	494.600	1.127.119	Ganhos em empresas associadas	27 e 44	1.881.474	2.070.269
		380.711.293	314.417.644	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras	44	340.971	529.381
				Outros juros e proveitos similares	44	6.658.751	4.381.894
Impostos		2.785.198	1.407.699			8.881.196	6.981.544
Outros custos e perdas operacionais		673.451	1.127.943	(D)		404.182.246	332.562.193
(A)		384.169.942	316.953.286				
Perdas em empresas associadas	27 e 44	1.518.824	946.752	Proveitos e ganhos extraordinários	45	4.495.288	3.412.469
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	44	-	635.012				
Outros juros e custos similares	44	12.720.104	9.837.030				
		14.238.928	11.418.794				
(C)		398.408.870	328.372.080				
Custos e perdas extraordinários	45	2.730.475	1.896.186				
(E)		401.139.345	330.268.266				
Imposto sobre o rendimento do exercício	38 e 68	2.883.781	2.795.256				
		404.023.126	333.063.522				
Interesses minoritários	59	141.093	(428.522)				
(G)		404.164.219	332.635.000				
Resultado consolidado líquido do período		4.513.315	3.339.662				
		408.677.534	335.974.662	(F)		408.677.534	335.974.662
				Resultados operacionais:	(B)-(A)	11.131.108	8.627.363
				Resultados financeiros:	(D-B)-(C-A)	(5.357.732)	(4.437.250)
				Resultados correntes:	(D)-(C)	5.773.376	4.190.113
				Resultados antes de impostos e interesses minoritários:	(F)-(E)	7.538.189	5.706.396
				Resultado líquido do período	(F)-(G)	4.513.315	3.339.662

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por naturezas para o semestre findo em 30 de Junho de 2003.

SOMAGUE - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2003 E 2002

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>30-06-2003</u>	<u>30-06-2002</u>
Vendas e prestações de serviços	36	385.279.015	321.187.196
Custo das vendas e das prestações de serviços		<u>(352.297.384)</u>	<u>(285.244.925)</u>
Resultados brutos		32.981.631	35.942.271
Outros proveitos e ganhos operacionais		7.294.890	4.393.453
Custos de distribuição		(228.916)	(222.842)
Custos administrativos		(26.955.938)	(30.203.008)
Outros custos e perdas operacionais		<u>(1.960.559)</u>	<u>(1.282.511)</u>
Resultados operacionais		11.131.108	8.627.363
Custo líquido de financiamento		(4.340.275)	(5.455.136)
Ganhos/(perdas) em filiais e associadas		362.650	1.123.517
Ganhos/(perdas) em outros investimentos		(1.380.107)	(105.631)
Ganhos/(perdas) não usuais ou não frequentes		<u>1.764.813</u>	<u>1.516.283</u>
Resultados correntes		7.538.189	5.706.396
Impostos sobre os resultados correntes		<u>(2.883.781)</u>	<u>(2.795.256)</u>
Resultados correntes após impostos		4.654.408	2.911.140
Interesses minoritários	59	<u>(141.093)</u>	428.522
Resultado consolidado líquido do semestre		<u>4.513.315</u>	<u>3.339.662</u>
Resultados por acção		0,17	0,13

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por funções para o semestre findo
em 30 de Junho de 2003

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SOMAGUE-SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2003 E 2002

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>30-06-2003</u>	<u>30-06-2002</u>
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</u>			
Recebimentos de clientes		429.031.117	275.065.210
Pagamentos a fornecedores		(333.207.186)	(248.358.818)
Pagamentos ao pessoal		(52.478.825)	(49.859.274)
Fluxos gerados pelas operações		43.345.106	(23.152.882)
Pagamento do imposto sobre o rendimento		-	(4.942.592)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		(8.323.408)	1.919.532
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		35.021.698	(26.175.942)
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		1.029.092	2.569.036
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(1.842.272)	(556.429)
Fluxos das actividades operacionais (1)		34.208.518	(24.163.335)
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>			
Recebimentos provenientes de :			
Investimentos financeiros		2.764.391	897.826
Imobilizações corpóreas		2.298.929	-
Juros e proveitos similares		4.024.683	2.931.016
		9.088.003	3.828.842
Pagamentos respeitantes a :			
Investimentos financeiros		(13.159.981)	(6.286.885)
Imobilizações corpóreas		(4.929.367)	(370.680)
Imobilizações incorpóreas		(623.355)	(2.026.044)
		(18.712.703)	(8.683.609)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(9.624.700)	(4.854.767)
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		185.254.014	45.589.362
Aumento de capital e prémios de emissão de acções		-	17.500.000
Venda de acções próprias		-	17.489
		185.254.014	63.106.851
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(186.363.956)	(21.662.025)
Juros e custos similares		(9.812.629)	(7.195.406)
Amortizações de contratos de locação financeira		(2.152.372)	(2.360.181)
Dividendos	58	(3.915.000)	(2.360.000)
Aquisição de acções próprias		-	(26.711)
		(202.243.957)	(33.604.323)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(16.989.943)	29.502.528
Efeito da alteração do perímetro de consolidação		-	80.155
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		7.593.875	564.581
Caixa e seus equivalentes no início do semestre		15.082.105	17.941.416
Caixa e seus equivalentes no fim do semestre	69	22.675.980	18.505.997

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de Junho de 2003.

LISTA DE ACÇÕES POSSUÍDAS, ADQUIRIDAS E ALIENADAS POR MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO/FISCALIZAÇÃO DA SOMAGUE SGPS EM 2003

(Artº. 447º do Código das Sociedades Comerciais)

Membros do Conselho Administração	Total de acções em 31 Dez 02	Aquisições em 2002			Alienações em 2002			Total de acções em 30 Jun 03
		Data	Quantidade	Valor	Data	Quantidade	Valor	
Dr. Diogo A D Vaz Guedes	108.523							108.523

LISTA DE ACCIONISTAS TITULARES DE, PELO MENOS, 1/10 DO CAPITAL SOCIAL EM 30 DE JUNHO DE 2003

(Artº 448º do Código das Sociedades Comerciais)

1. Freman Investments Ltd.....	31,50%
2. Sacyr, SA.....	29,69%
3. Finobra, SGPS	12,40%
4. Ficon, SGPS	9,78%

LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS EM 30 DE JUNHO DE 2003

Accionista	Nº Acções	Dir. Voto
1. Freman Investments Ltd	8.220.543	31,50%
2. Sacyr, SA	7.750.000	29,69%
3. Finobra, SGPS, SA (dominada pela Sofip, SGPS, SA)	3.235.705	12,40%
4. Ficon, SGPS, SA (dominada pela Sofip, SGPS, SA)	2.552.418	9,78%
5. Fitran, SGPS, SA (dominada pela Sofip, SGPS, SA)	1.250.000	4,79%
6. Sofip, SGPS, SA	1.341.500	5,14%
7. Dr. Diogo Alves Dinis Vaz Guedes (Orgão da Administração da SOFIP, SGPS, SA)	108.523	0,42%
8. Eng. João de Queiróz Vaz Guedes (Orgão da Administração da SOFIP, SGPS, SA)	9.327	0,04%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2003

(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Somague - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Empresa" ou "Somague SGPS") foi constituída em 21 de Janeiro de 1952, tendo em 29 de Dezembro de 1993 adoptado a actual denominação e o objecto social de gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta do exercício de actividade económica.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. As notas cuja numeração não faz parte deste anexo não são aplicáveis à Empresa e às suas empresas participadas ("Grupo Somague"), ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas anexas.

1. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes e proporção do capital detido em 30 de Junho de 2003, são as seguintes:

	Sede	Percentagem efectiva de participação	Actividade
<u>No âmbito da Somague SGPS:</u>			
- Somague SGPS, S.A.	Oeiras	-	Sociedade gestora de participações sociais
- Somague Engenharia, S.A. ("Somague Engenharia")	Oeiras	100%	Construção civil e obras públicas
- Somague Ambiente, SGPS, S.A. ("Somague Ambiente")	Oeiras	100%	Consultoria e gestão de infra-estruturas ambientais
- Somague Serviços, SGPS, S.A. ("Somague Serviços")	Oeiras	100%	Sociedade gestora de participações sociais
- Somague Concessões e Serviços, S.A. ("Somague Concessões")	Oeiras	100%	Desenvolvimento de projectos de concessões
- Somague PMG - Promoção e Montagem de Negócios, S.A. ("Somague PMG")	Oeiras	100%	Promoção e montagem de negócios
<u>No âmbito da Somague Engenharia:</u>			
- Somague Engenharia Madeira, S.A. ("Somague Madeira")	Funchal	100%	Construção civil e obras públicas
- Ediçor - Edificadora Açoreana, Lda. ("Ediçor")	Ponta Delgada	100%	Construção civil e obras públicas
- CVC - Construções de Cabo Verde, SARL ("CVC")	Cabo Verde	57,62%	Construção civil e obras públicas
- Somague TI - Tecnologias de Informação, S.A. ("Somague TI")	Oeiras	100%	Consultoria informática
- Aniser - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Aniser")	Lisboa	100%	Sociedade gestora de participações sociais
- Neopul - Sociedade de Estudos e Construção, S.A. ("Neopul")	Lisboa	80%	Construção civil e obras públicas

	Sede	Percentagem efectiva de participação	Actividade
<u>No âmbito da Somague Ambiente:</u>			
- AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A. ("AGS")	Oeiras	100%	Ambiente
- Resil - Engenharia e Manutenção, Lda. ("Resil")	Brasil	99,72%	Concessão de Águas
- ProceSl - Engenharia Hidráulica e Ambiental, Lda. ("ProceSl")	Oeiras	70%	Ambiente
- Cesl Asia - Consultores de Engenharia, S.A. ("Cesl Ásia")	Macau	51%	Ambiente
- CGS - Tratamento de Resíduos, Lda. ("CGS")	Macau	17,85%	Central de incineração
- AGS Macau - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, Lda. ("AGS Macau")	Macau	30,6%	Ambiente
- Macau - Professional Services, Lda. ("MPS")	Macau	40,8%	Consultoria e projectos de engenharia
- Hidurbe - Gestão de Resíduos, S.A. ("Hidurbe")	Porto	100%	Ambiente
- Viveiros do Falcão - Empresa de Agricultura e Jardinagem, S.A. ("Viveiros do Falcão")	Oeiras	51,786%	Prestação de serviços no campo da agricultura, arboricultura e jardinagem
- Focus Facilities Management, Ltd. ("Focus Facilities")	Macau	43,35%	Prestação de serviços de gestão, operação e manutenção de instalações, edifícios e infra-estruturas
- Focus (HK) - Facilities Mgmt Co, Limited ("Focus HK")	Macau	43,35%	Prestação de serviços de gestão, operação e manutenção de instalações, edifícios e infra-estruturas
- FM 2000 - Organização e Gestão, Serviços, Manutenção, Lda. ("FM 2000")	Macau	43,35%	Prestação de serviços de gestão, operação e manutenção de instalações, edifícios e infra-estruturas
- Y&T - Serviços de Engenharia e Manutenção, Lda. ("Y & T")	Macau	39,02%	Prestação de serviços de gestão, operação e manutenção de instalações, edifícios e infra-estruturas
- CEI - Companhia de Engenharia e Investimento - Tratamento de Água, Lda. ("CEI - Tratamento de Água")	Macau	30,60%	Ambiente
- YTS - Engenharia de Sistemas, Lda. ("YTS")	Macau	26,01%	Prestação de serviços de gestão, operação e manutenção de instalações, edifícios e infra-estruturas
- Águas de Carrazeda, S.A. ("Águas de Carrazeda")	Carrazeda de Anciaes	75,0%	Ambiente

	Sede	Percentagem efectiva de participação	Actividade
<u>No âmbito da Somague Concessões:</u>			
- Braest Participações, Lda. ("Braest")	Brasil	100%	Gestão de participações em concessões
- Somest Investimentos, Participações e Projectos, Lda. ("Somest")	Brasil	100%	Gestão de participações em concessões
<u>No âmbito da Somague PMG:</u>			
- Big-Plan - Estratégia Financeira, S.A. ("Big-Plan")	Oeiras	100%	Actividade Imobiliária
<u>No âmbito da Somague Serviços:</u>			
- Espaço Seniores - Serviços de Continuidade de Cuidados de Saúde, S.A. ("Espaço Seniores")	Oeiras	100%	Desenvolvimento e gestão de redes de apoio social

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método de integração global, com base no estabelecido na alínea a) do nº 1 do Artigo 1º do Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho (maioria dos direitos de voto).

2. EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

Os investimentos financeiros em empresas excluídas da consolidação, registados na rubrica de partes de capital em empresas associadas (Nota 50) ao menor do custo de aquisição ou de realização, suas respectivas sedes sociais e proporção do capital detido em 30 de Junho de 2003, são os seguintes:

	Sede	Percentagem efectiva de participação	Actividade
- Sogel - Sociedade Geral de Empreitadas, Lda. ("Sogel") (a)	Moçambique	100%	Construção
- Habitar - Sociedade de Construções, Lda. ("Habitar") (a)	Angola	100%	Construção
- Edimecânica - Engenharia Mecânica e Carros Clássicos dos Açores, Lda. ("Edimecânica") (b)	Ponta Delgada	100%	Engenharia
- PEVR - Parques de Estacionamento de Vila Real, S.A. ("PEVR") (b)	Oeiras	79,99%	Construção e exploração de parques de estacionamento
- Ambigal - Engenharia de Infraestruturas Ambientais, S.A. ("Ambigal") (d)	Lisboa	49,75%	Ambiente
- Engigás - Cabo Verde ("Engigás - Cabo Verde") (c)	Cabo Verde	39,60%	Ambiente

	Sede	Percentagem efectiva de participação	Actividade
- Logibras ("Logibrás") (c)	Brasil	19,80%	Ambiente
- Águas de Alenquer, S.A. ("Águas de Alenquer") (e)	Alenquer	40%	Ambiente
- Ecosado - Tratamento de Efluentes, ACE ("Ecosado") (e)	Setúbal	50%	Ambiente

Estas empresas não foram consolidadas ao abrigo do disposto no Artigo 4º das normas de consolidação de contas estabelecidas pelo Decreto lei nº 238/91, de 2 de Julho.

- (a) Estas empresas não foram consolidadas dado estarem localizadas em países onde actualmente existem restrições à movimentação de fundos. O trespasse decorrente da sua compra, está a ser amortizado em vinte anos, sendo as suas perdas registadas em provisões.
- (b) Estas empresas não foram consolidadas, uma vez que se encontram em curso negociações com a finalidade de venda num futuro próximo.
- (c) Estas empresas não foram consolidadas dado serem imateriais, para a apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira e resultados das operações do Grupo.
- (d) Esta empresa encontra-se desactivada.
- (e) Estas empresas não foram consolidadas, dado ainda não se encontrarem em actividade.

3. EMPRESAS REGISTADAS PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

As empresas associadas que foram registadas pelo método da equivalência patrimonial, são como segue:

	Sede	Percentagem efectiva de participação	Actividade
- Engigás, Manutenção Industrial e Tecnologias do Gás, S.A. ("Engigás")	Vila Franca de Xira	40%	Construção, manutenção e exploração de infra-estruturas de gás
- Finerge - Gestão de Projectos Energéticos, S.A. ("Fingerge")	Lisboa	50%	Energia
- LRTM - Laboratório Regional de Trás-os-Montes, Lda. ("LRTM")	Macedo de Cavaleiros	50%	Ambiente
- CEI - Companhia Etar das Ilhas e Taipa, Lda. ("CEI")	Macau	15,30%	Exploração de ETAR
- Hidro 4 - Consultores de Hidráulica, Recursos Hídricos e Ambiente, Lda. ("Hidro 4")	Algés	70%	Ambiente
- Sanambi - Engenharia e Desenvolvimento, Lda. ("Sanambi")	Moçambique	59,50%	Ambiente
- AIA - Consultores para Estudos e Auditorias de Impacto Ambiental, Lda. ("AIA")	Algés	70%	Ambiente
- Etarlima - Tratamento de Efluentes, ACE ("Etarlima") (a)	Viana do Castelo	50%	Ambiente

	Sede	Percentagem efectiva de participação	Actividade
- Ambiporto - Tratamento de Efluentes, ACE ("Ambiporto") (a)	Porto	50%	Ambiente
- Águas do Sado - Concessionária dos Sistemas de Abastecimento de Águas e de Saneamento de Setúbal, S.A. ("Águas do Sado")	Setúbal	40%	Ambiente
- Tratave - Tratamento de Águas Residuais do AVE, S.A. ("Tratave")	Cerzedelo	40%	Ambiente
- Águas da Figueira, S.A. ("Águas da Figueira")	Figueira da Foz	40%	Ambiente
- Águas da Costa de Cascais, S.A. ("Águas de Cascais")	Cascais	30,5%	Ambiente
- Águas de Mandaguahy, S.A. ("Águas de Mandaguahy")	Brasil	48,84%	Ambiente
- Sanear - Saneamento de Araçatuba, S.A. ("Sanear")	Brasil	55%	Ambiente
- Engibrás - Comercial, Lda. ("Engibrás")	Brasil	39,5%	Construção, manutenção e exploração de infra-estruturas de gás
- Ecobarcelos - Tratamento de Efluentes, ACE ("Ecobarcelos") (a)	Barcelos	50%	Ambiente
- Águas de Gondomar, S.A. ("Águas de Gondomar")	Gondomar	42,5%	Ambiente
- TEGAEL - Telecomunicações, Gás e Electricidade, S.A. ("TEGAEL")	Coruche	20,4%	Construção, manutenção e exploração de infra-estruturas de gás
- Sanesalto - Saneamento, Lda. ("Sanesalto")	Brasil	73,2%	Saneamento de Águas
- GSA - Gestão de Sistemas Ambientais, S.A. ("GSA")	Funchal	50%	Ambiente
- GSU/Açores - Gestão de Sistemas Urbanos dos Açores, Lda. ("GSU")	Açores	50%	Ambiente
- Triângulo do Sol - Auto-Estradas, S.A. ("Triângulo do Sol")	Brasil	40%	Concessionária de auto-estradas
- Lusoponte, S.A. ("Lusoponte")	Montijo	17,206%	Exploração rodoviária das pontes Vasco da Gama e 25 de Abril
- HSE - Empreendimentos Imobiliários, Lda. ("HSE")	Lisboa	27,50%	Imobiliária
- Soconstroi Engenharia, S.A. ("Soconstroi Engenharia")	Oeiras	100%	Imobiliária
- Espaço Portimão - Sociedade Imobiliária, Lda. ("Espaço Portimão")	Lisboa	33,33%	Imobiliária
- 1.10 - Construções e Empreendimentos, S.A. ("1.10 - Construções e Empreendimentos")	Lisboa	33,20%	Imobiliária

	Sede	Percentagem efectiva de participação	Actividade
- Aplicação Urbana II - Investimento Imobiliário, S.A. ("Aplicação Urbana")	Santa Maria da Feira	25%	Imobiliária
- Tecnasol - FGE, Fundações e Geotecnia, S.A. ("Tecnasol")	Amadora	50%	Fundação e geotecnia
- Maguetecno - Comércio e Serviços, Lda. ("Maguetecno")	Funchal	100%	Comércio Internacional
- Archipelag Aviation, Ltd. ("Archipelag Aviation")	Jersey	100%	Transporte aéreo
- Vortal - Comércio Electrónico, Consultadoria e Multimédia, S.A. ("Vortal")	Lisboa	10,07%	Consultadoria informática
- Cecime - Cimentos, S.A. ("Cecime")	Lisboa	20%	Importação e venda de cimento
- Ferropor - Equipamento Ferroviário, Lda. ("Ferropor")	Lisboa	50%	Construção civil e obras públicas

Os investimentos financeiros detidos nestas empresas foram registados pelo método da equivalência patrimonial, com base no estipulado no nº 13.6 das normas de consolidação de contas estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

(a) Estes Agrupamentos Complementares de Empresas foram registados pelo método da equivalência patrimonial e não pelo método proporcional conforme indicado na Nota 5, pelo facto do efeito da sua integração ser imaterial nas demonstrações financeiras consolidadas

4. PARTICIPAÇÕES MATERIALMENTE IRRELEVANTES

O Grupo possui participações em partes de capital num conjunto de empresas que foram excluídas do processo de consolidação, por serem materialmente irrelevantes para a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da sua situação financeira e dos seus resultados (Nota 50).

5. EMPRESAS REGISTADAS PELO MÉTODO DA INTEGRAÇÃO PROPORCIONAL

As demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2003 integram, através da Somague Engenharia os activos, passivos, proveitos e custos dos Agrupamentos Complementares de Empresas ("ACE"), na proporção em que esta participa nas referidas entidades, tendo-se procedido à anulação de saldos e transacções pela referida proporção. Deste modo, em 30 de Junho de 2003, as demonstrações financeiras consolidadas anexas englobam as contas dos ACE em que o Grupo participa, como segue:

	Percentagem de participação
- BPC, CBPO, Agroman, Somague, Profabril, Kaiser e Acer, ACE ("ACE do Metro")	50,00%
- Edifer, Soconstroi, Bento Pedroso Construções, Somague e Acciona, ACE ("ACE da Gare do Oriente")	40,00%
- Obras Civis L.N. 2.2, ACE ("ACE da Linha do Norte")	36,10%
- Metrodi - Obras na Linha do Campo Grande Odivelas, ACE ("Metrodi")	35,96%

	Percentagem de participação
- Resercavado - Soconstroi, Mesquita, Arnaldo Oliveira - Sistemas de Abastecimento de Água, ACE ("Resercavado")	33,30%
- Lismercado - Construções, Bento Pedroso, Somague, H. Hagen, ACE ("ACE do MARL")	30,00%
- Somague, BPC, Engil, Spie, ACE ("ACE da Linha Amarela")	26,32%
- Somague, Bento Pedroso, Cubiertas, Dragados, ACE ("ACE do Alqueva")	25,00%
- Transmetro - Construção do Metropolitano, ACE ("Transmetro")	47,50%
- Somague, Edifer, MSF, Zagope, Abrantina, Conduril, Construtora do Lena, Construtora do Tâmega e Novopca - Agrupamento para a Concepção, Projecto e Construção das Auto-Estradas do Oeste - Nova Estrada, ACE ("Nova Estrada")	15,00%
- Novaponte - Agrupamento para a Construção da Segunda Travessia do Tejo, ACE ("ACE da Nova Ponte")	13,33%
- Construtores das Águas da Linha, ACE ("ACE das Águas da Linha")	50,00%
- Engil, Somague - Construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Madalena, ACE ("ACE ETAR da Madalena")	33,33%
- Edifer, Soconstroi, ACE ("ACE do Banco de Portugal")	50,00%
- Meia Serra, ACE ("ACE da Meia Serra")	3,77%
- Assiconstroi, Strabag, ACE	50,00%
- Acessibilidade das Antas - Construção e Obras Públicas, ACE ("ACE - Acessibilidade das Antas")	25,00%
- Infraestruturas das Antas, ACE ("ACE das Infraestruturas das Antas")	33,33%
- Somague, Camilo Sousa Mota, ACE ("ACE Águas de Gondomar")	67,50%
- Somague, Mesquita - Casa da Música, ACE ("ACE Casa da Música")	60,00%
- Somague, Alberto Couto Alves, ACE ("ACE VL9")	70,00%
- Somague, Mesquita, ACE ("ACE Lipor Construção")	60,00%
- Somague, Mesquita, Hidurbe, ACE (ACE Lipor Exploração)	40,00%
- Somague, Edifer, ACE ("ACE Freeport")	50,00%

A Promoceuta – Empreendimentos Imobiliários, Lda., empresa participada em 55%, foi igualmente consolidada pelo método de integração proporcional, pelo facto da sua gestão ser exercida conjuntamente com o outro sócio.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2003, o número médio de empregados das empresas incluídas na consolidação (Nota 1), foi o seguinte:

Empresa-mãe	6
Somague Engenharia e participadas	2.620
Somague Ambiente e participadas	660
Somague Serviços e participadas	6
Somague Concessões e participadas	16
Somague PMG e participadas	12

	3.320
	=====

10. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

As diferenças de consolidação, decorrentes da aquisição de participações financeiras, estão registadas em capitais próprios ou no activo, na rubrica "Trespases", consoante a data a que se reportam e a respectiva natureza. Assim, as registadas em capitais próprios correspondem à diferença entre o custo de aquisição das participações financeiras e a proporção dos capitais próprios das empresas a que aquelas se referem, reportadas a 31 de Dezembro de 1993, data das primeiras demonstrações financeiras consolidadas. Incluem-se também nesta rubrica, valores relativos a datas subsequentes aquela e essencialmente derivados de movimentos em capitais próprios de empresas participadas, bem como o efeito de conversão para Euros de demonstrações financeiras de empresas participadas, originalmente expressas em moeda estrangeira.

O movimento verificado nesta rubrica no semestre findo em 30 de Junho de 2003, é como segue:

Saldo em 31 de Dezembro de 2002	27.931.583
Aumento do semestre (Nota 58)	121.715

	28.053.298
	=====

O aumento no semestre é explicado por variações patrimoniais ocorridas nas empresas participadas, relacionadas com o efeito cambial apurado na conversão para Euros de demonstrações financeiras das empresas participadas, originalmente expressas em moeda estrangeira.

As diferenças de consolidação registadas em imobilizações incorpóreas, na rubrica “Trespases”, são como segue:

Empresa	Percentagem de participação	Custo de aquisição	Trespasse	Amortizações acumuladas
Soconstroi – Sociedade de Construções, S.A. (“Soconstroi”) (a)	100	43.040.029	28.434.539	9.241.225
Hidurbe	100	1.496.394	1.220.159	335.544
Braest	100	12.198.502	756.575	161.650
Triângulo do Sol	40	3.425.910	1.878.223	682.845
Somest	100	521.349	132.828	30.439
Lusoponte	3,38	7.722.784	7.879.916	411.616
Somague Ambiente	100	3.899.303	2.882.533	648.570
Somague Concessões	100	13.953.506	8.412.983	350.541
Engigás	40	1.136.012	674.178	157.308
Viveiros do Falcão	51,79	1.110.708	588.057	257.554
Hidro 4	100	68.270	36.796	30.354
Ediçor	50	4.080.167	1.816.278	726.511
Edimecânica	100	309.255	3.902	3.188
Sogel	100	4.335.646	2.013.511	343.558
Habitar	100	3.207.764	5.681.457	721.092
Promoceuta	55	2.743	12.565	12.565
Maguetecno	100	623.497	2.242.291	282.808
CVC	57,62	1.066.629	65.866	9.880
Big Plan	100	3.990	11.257	8.756
Espaço Portimão	33,33	6.195	4.084	2.723
Aplicação Urbana II	25	137.199	125.521	66.247
Neopul	80	1.042.488	64.643	64.643
Aniser	100	7.362.935	5.868.686	797.200
FM 2000	100	3.002.119	2.909.197	853.017
			<u>73.716.045</u>	<u>16.199.834</u>

(a) Empresa objecto de fusão por incorporação na Somague Engenharia, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 1998.

15. CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA

Os critérios valorimétricos utilizados pelas empresas englobadas na consolidação foram consistentes entre si e são os descritos na Nota 23.

17. AMORTIZAÇÃO DOS TRESPASSES

Conforme indicado na Nota 10, a Empresa registou na rubrica “Trespases” os valores relativos às diferenças na aquisição de partes de capital em várias empresas, os quais, na generalidade, estão a ser amortizados num período de vinte anos, correspondente ao período estimado de recuperação dos investimentos realizados.

18. CRITÉRIOS DE CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS

Os critérios de contabilização utilizados na valorização das participações financeiras em empresas associadas são os descritos na Nota 23.d).

21. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO CONSOLIDADO

Em 30 de Junho de 2003, estavam vigentes contratos de factoring sem direito de regresso, celebrados por algumas empresas englobadas na consolidação, ao abrigo dos quais foram cedidos créditos, de 40.532.697 Euros, registados como uma diminuição das contas a receber. De acordo com as condições contratuais, a responsabilidade dessas empresas restringe-se, essencialmente, à garantia de aceitação por parte dos clientes das facturas objecto de factoring. Adicionalmente, em 30 de Junho de 2003 existiam responsabilidades por letras descontadas e ainda não vencidas de 8.195.125 Euros.

22. GARANTIAS PRESTADAS

Em 30 de Junho 2003, as empresas incluídas na consolidação tinham prestado garantias bancárias a terceiros, de 397.882.091 Euros. Estas garantias bancárias foram prestadas, essencialmente, para efeitos de concursos, adiantamentos recebidos e como garantia de boa execução de obras.

23. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações das empresas incluídas na consolidação (Nota 1), a partir dos seus livros e registos contabilísticos, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Princípios de consolidação

A consolidação das empresas participadas referidas na Nota 1 efectuou-se pelo método de integração global. As transacções e saldos significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação e o valor correspondente à participação de terceiros nos capitais próprios e resultados dessas empresas é apresentado no balanço e na demonstração dos resultados na rubrica de “Interesses minoritários”.

A consolidação das entidades referidas na Nota 5, efectuou-se pelo método proporcional. De acordo com este método foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas os activos, passivos, custos e proveitos destas entidades, na proporção em que a Empresa nelas participa, tendo-se procedido à anulação de saldos e transacções pela referida proporção.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas compreendem, essencialmente, despesas de instalação, de aumentos de capital, despesas de investigação e de desenvolvimento e trespasses (diferenças apuradas em compras de participações financeiras – Notas 10 e 17). As imobilizações incorpóreas são amortizadas pelo método das quotas constantes, durante um período que varia entre três e cinco anos, enquanto que a generalidade dos trespasses são amortizados durante um período de vinte anos (Notas 17 e 23 d)).

b) Imobilizações corpóreas

Na generalidade das empresas incluídas na consolidação, as imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao valor de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 41). As imobilizações corpóreas adquiridas após a data a que se reportam as reavaliações efectuadas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos de vida útil</u>
Edifícios e outras construções	8 - 50
Equipamento básico	3 - 10
Equipamento de transporte	4 - 8
Ferramentas e utensílios	3 - 6
Equipamento administrativo	3 - 20
Outras imobilizações corpóreas	6

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na alínea anterior, são registados como custos na demonstração dos resultados do período contabilístico a que respeitam (Nota 47).

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros na generalidade das empresas associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição, ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial. Estas diferenças são registadas na rubrica “Trespases” (Notas 10 e 17). De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de ganhos e perdas do período e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios, por contrapartida da rubrica “Diferenças de consolidação”. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os restantes investimentos financeiros em empresas associadas e participadas (Notas 4 e 50) encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de uma provisão para perdas estimadas na sua realização.

Os empréstimos concedidos a empresas associadas encontram-se registados ao valor nominal, deduzido de uma provisão para perdas estimadas na sua realização.

e) Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico.

f) Reconhecimento dos proveitos e custos relativos às obras em curso

Para o reconhecimento dos proveitos e custos das obras em curso foi utilizado o método da percentagem de acabamento. De acordo com este método, no final de cada período os proveitos directamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os custos incorridos até à data do balanço e os custos totais estimados das obras. As diferenças entre os proveitos apurados através da aplicação deste método e a facturação emitida são contabilizadas nas rubricas de “Acréscimos de proveitos” ou “Proveitos diferidos”, consoante a natureza da diferença (Notas 54 e 65).

Adicionalmente, uma parte dos proveitos das obras é diferida, com a finalidade de fazer face a custos estimados a incorrer durante o período de garantia das mesmas (Nota 64).

O reconhecimento das vendas de empreendimentos imobiliários é efectuado no momento em que legalmente ocorre a transferência de propriedade (escritura de venda), ou excepcionalmente, quando a posse ou riscos inerentes ao imóvel são transmitidos ao promitente comprador e se considera que a venda é irreversível.

g) Provisão para dívidas de cobrança duvidosa

A provisão para dívidas de cobrança duvidosa foi calculada com base na avaliação das perdas estimadas pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores.

h) Operações de factoring

As contas a receber cedidas em “factoring” estão evidenciadas ao seu valor nominal, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização dos exercícios. Os montantes adiantados pelas empresas de “factoring” são registados no activo como uma diminuição à rubrica de clientes e regularizados por contrapartida dos saldos das contas a receber, à medida que se efectua a cobrança dos valores em dívida.

i) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Notas 54, 55, 63 e 64).

j) Trabalhos para a própria empresa

Os trabalhos para a própria empresa correspondem essencialmente a grandes reparações de equipamentos efectuadas pelas próprias empresas e incluem custos com materiais, mão-de-obra directa e gastos gerais.

l) Saldo, transacções e investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes em 30 de Junho de 2003.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do período.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros de demonstrações financeiras de empresas participadas expressas em moeda estrangeira foram incluídas no capital próprio na rubrica “Diferenças de consolidação”. A conversão daquelas demonstrações financeiras é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio: (i) taxa de câmbio vigente à data do balanço para converter todos os activos e passivos; (ii) taxa de câmbio média do período contabilístico para converter as rubricas da demonstração dos resultados; e (iii) taxas de câmbio históricas para converter as restantes rubricas de capital próprio.

m) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se esperam estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

27. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2003, o movimento ocorrido nas imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

Rubricas	Activo bruto						Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Equivalência patrimonial	Transferências e abates	Efeito cambial	
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de instalação	15.693.566	256.315	-	-	-	(1.127)	15.948.754
Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.284.854	367.040	-	-	-	(3.057)	1.648.837
Propriedade industrial e outros direitos	32.173	-	-	-	-	-	32.173
Trespases	74.066.151	-	(448.918)	-	195.308	(96.496)	73.716.045
	<u>91.076.744</u>	<u>623.355</u>	<u>(448.918)</u>	<u>-</u>	<u>195.308</u>	<u>(100.680)</u>	<u>91.345.809</u>
Imobilizações corpóreas:							
Terrenos e recursos naturais	9.084.724	9.679	-	-	1.700.940	-	10.795.343
Edifícios e outras construções	18.041.149	2.441.850	(23.410)	-	11.512.525	34.127	32.006.241
Equipamento básico	111.337.834	2.953.684	(6.548.038)	-	(3.323.992)	(151.941)	104.267.547
Equipamento de transporte	25.428.289	612.121	(1.864.367)	-	243.380	(31.057)	24.388.366
Ferramentas e utensílios	3.468.387	176.740	(14.988)	-	(62.583)	(12.346)	3.555.210
Equipamento administrativo	14.506.512	801.856	(22.104)	-	(41.378)	(110.091)	15.134.795
Outras imobilizações corpóreas	906.667	42.220	(466)	-	1.852.517	(48.115)	2.752.823
Imobilizações em curso	15.054.118	2.178.243	-	-	(13.262.963)	(17.757)	3.951.641
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	108.831	148.095	-	-	(237.407)	-	19.519
	<u>197.936.511</u>	<u>9.364.488</u>	<u>(8.473.373)</u>	<u>-</u>	<u>(1.618.961)</u>	<u>(337.180)</u>	<u>196.871.485</u>
Investimentos financeiros:							
Partes de capital em empresas associadas	24.069.598	202.673	(468.428)	1.702.543	(195.308)	2.687	25.313.765
Empréstimos a empresas associadas	28.839.910	12.613.392	-	-	-	-	41.453.302
Títulos e outras aplicações financeiras	16.513.966	20.000	(748.197)	(214.742)	(138.774)	380.740	15.812.993
Outros empréstimos concedidos	24.499.437	323.876	-	-	138.709	5.582	24.967.604
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	3.756.744	-	-	-	-	-	3.756.744
	<u>97.679.655</u>	<u>13.159.941</u>	<u>(1.216.625)</u>	<u>1.487.801</u>	<u>(195.373)</u>	<u>389.009</u>	<u>111.304.408</u>

Rubricas	Amortizações acumuladas e provisões						Saldo final
	Saldo inicial	Reforço	Alienações	Transferências e abates	Efeito cambial		
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de instalação	13.604.324	703.559	-	1.673	(1.125)		14.308.431
Despesas de investigação e de desenvolvimento	943.613	106.161	-	-	(2.580)		1.047.194
Propriedade industrial e outros direitos	32.173	-	-	-	-		32.173
Trespases	13.947.876	2.459.128	(236.929)	-	29.759		16.199.834
	<u>28.527.986</u>	<u>3.268.848</u>	<u>(236.929)</u>	<u>1.673</u>	<u>26.054</u>		<u>31.587.632</u>
Imobilizações corpóreas:							
Edifícios e outras construções	6.477.674	511.790	(8.903)	21.316	65		7.001.942
Equipamento básico	70.924.972	5.031.362	(4.523.044)	(2.171.094)	(108.287)		69.153.909
Equipamento de transporte	18.856.489	1.102.350	(1.755.311)	216.215	(20.443)		18.399.300
Ferramentas e utensílios	2.698.120	188.028	(14.707)	(40.992)	(6.040)		2.824.409
Equipamento administrativo	11.139.615	630.552	(10.126)	(62.277)	(102.325)		11.595.439
Outras imobilizações corpóreas	274.294	106.157	(107)	961.127	(1.158)		1.340.313
	<u>110.371.164</u>	<u>7.570.239</u>	<u>(6.312.198)</u>	<u>(1.075.705)</u>	<u>(238.188)</u>		<u>110.315.312</u>
Investimentos financeiros:							
Partes de capital em empresas associadas	77.463	-	-	-	-		77.463
Empréstimos a empresas associadas	1.666	-	-	-	-		1.666
Títulos e outras aplicações financeiras	225.679	-	-	-	-		225.679
Outros empréstimos concedidos	764.843	-	-	-	-		764.843
	<u>1.069.651</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>		<u>1.069.651</u>

A diminuição ocorrida durante o semestre findo em 30 de Junho de 2003 na rubrica de “Trespases” corresponde à alienação da participação financeira detida na Alcântara Rio, S.A. (“Alcântara Rio”), com o registo de uma mais valia de 1.384.164 Euros (Nota 45).

Os aumentos ocorridos nas rubricas de “Investimentos financeiros” no semestre findo em 20 de Junho de 2003, detalham-se como segue:

Partes de capital em empresas associadas:	
Lusoponte	202.673
	=====
Empréstimos a empresas associadas:	
Habitar	9.065.682
Espaço Portimão	1.463.141
Águas de Cascais	958.439
Finerge	665.091
Águas de Gondomar	265.625
Aplicação Urbana II	115.414
1.10 – Construções e Empreendimentos	80.000

	12.613.392
	=====
Títulos e outras aplicações financeiras:	
Outros	20.000
	=====
Outros empréstimos concedidos:	
Lusoponte	159.536
Vianorte	84.842
Oesterota - Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A.	79.498

	323.876
	=====

As transferências ocorridas na rubrica “Partes de capital em empresas associadas”, no montante de 195.308 Euros dizem respeito às diferenças de compra originadas na aquisição de 0,0886% do capital da Lusoponte.

As transferências registadas na rubrica “Outros empréstimos concedidos” resultam essencialmente da transferência de “Títulos e outras aplicações financeiras” da Vianorte no montante de 138.774 Euros.

A diminuição ocorrida no semestre findo em 30 de Junho de 2003 na rubrica “Partes de capital em empresas associadas” diz respeito à alienação da G.H.P. – General Hydro Portugal, Ltd. (“GHP”) pelo montante de 420.000 Euros (Nota 45).

A aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos financeiros em empresas associadas, tem o seguinte impacto:

Rubricas	Ganhos em empresas associadas (Nota 44)	Perdas em empresas associadas (Nota 44)	Diferenças de consolidação (Nota 59)	Provisão para riscos e encargos (Nota 46)	Investimentos financeiros
Partes de capital em empresas associadas:					
Tecnasol	117.307	-	(178.617)	-	(61.310)
Soconstrói Engenharia	-	(184)	-	-	(184)
HSE	3.403	(115)	-	(816)	2.472
1.10 - Construções e Empreendimentos	-	(7.569)	-	-	(7.569)
Espaço Portimão	-	(380)	-	145	(235)
Aplicação Urbana II	-	(93.619)	(298)	93.917	-
Maguetecno	107.903	-	-	(107.903)	-
Cecime	-	(133.300)	-	-	(133.300)
Triangulo do Sol	347.945	-	1.085.053	-	1.432.998
Lusoponte	641.560	-	9.182	-	650.742
CEI	-	(5.483)	(5.308)	-	(10.791)
Sanear	50.247	(12.988)	171.701	-	208.960
Engibrás	-	-	346	-	346
Finerge	303.684	(101.525)	98.594	-	300.753
Sanambi	-	(2.342)	8.798	(6.456)	-
LRTM	-	-	(1.098)	-	(1.098)
Tratave	-	(36.633)	-	-	(36.633)
Águas da Figueira	27.345	-	-	-	27.345
Águas de Cascais	14.878	(74.063)	129.079	(41.352)	28.542
Ambiporto	14.200	-	-	-	14.200
Águas de Gondomar	-	(354.042)	-	-	(354.042)
Engigás	-	(351.252)	(72.673)	-	(423.925)
Hidro 4	-	(3.282)	-	-	(3.282)
Sanesalto	-	-	1.542	-	1.542
Etarlíma	8.915	-	-	-	8.915
Águas de Mandaguary	300.815	-	(161.730)	(139.085)	-
Águas do Sado	-	(400.285)	261.734	138.551	-
Ecobarcelos	-	(24.962)	-	24.962	-
GSU	48.420	-	-	(14.640)	33.780
GSA	24.317	-	-	-	24.317
	2.010.939	(1.602.024)	1.346.305	(52.677)	1.702.543
Títulos e outras aplicações financeiras:					
ACE Banco de Portugal	-	(2.246)	-	2.246	-
Archipelag Aviation	-	(3.093)	-	-	(3.093)
Vortal	-	(41.014)	-	-	(41.014)
Normetro	87	(46)	-	-	41
Edimar	-	-	(170.676)	-	(170.676)
	87	(46.353)	(170.676)	2.246	(214.742)
	2.011.026	(1.648.377)	1.175.629	(50.431)	1.487.801

As diferenças de consolidação resultam de variações ocorridas nos capitais próprios das empresas associadas, registadas pelo método da equivalência patrimonial (Nota 10).

34. DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS

Conforme referido na Nota 61, em 30 de Junho de 2003 existem financiamentos concedidos pelo Instituto Nacional de Habitação, garantidos por hipoteca de terrenos de valor equivalente aos capitais mutuados.

Em 30 de Junho de 2003, as acções detidas na Lusoponte encontram-se penhoradas em benefício dos bancos financiadores e do Banco Europeu de Investimento, como garantia dos financiamentos concedidos a essa participada. Encontram-se penhoradas, como garantia da sua aquisição, 1.200.000 acções da Somague Concessões, em benefício do banco financiador. Adicionalmente, encontram-se penhoradas 900.000 acções da Somague Concessões, como garantia da aquisição de 3,23% do capital da Lusoponte.

No âmbito de um contrato de abertura de crédito estabelecido com uma instituição financeira encontram-se penhoradas as acções detidas na PEVR (Nota 2), correspondentes à totalidade do seu capital, como forma de assegurar os meios financeiros à construção de dois parques públicos de estacionamento.

36. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

As vendas e as prestações de serviços relativas ao semestre findo em 30 de Junho de 2003, distribuem-se da seguinte forma:

	<u>Percentagem</u>	<u>Montante</u>
Continente	80,23	309.109.499
Madeira	7,77	29.931.987
Açores	4,92	18.962.430
Internacional	7,08	27.275.099
		<u>385.279.015</u>

38. IMPOSTOS DIFERIDOS

As diferenças temporárias entre o reconhecimento de receitas e despesas para fins contabilísticos e para fins de tributação foram registadas conforme disposto na Directriz Contabilística nº 28 – Imposto sobre o Rendimento.

No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a taxa de imposto referida, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre os resultados contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

O encargo do imposto registado no semestre findo em 30 de Junho de 2003 corresponde essencialmente a:

	<u>Base Fiscal</u>	<u>Imposto</u>
a) Reconciliação da taxa de imposto		
Resultado antes de impostos	7.397.096	
Diferenças temporárias	5.177.630	
Diferenças permanentes	1.180.260	
	<u>13.754.986</u>	
Encargo normal de imposto		4.539.145
Tributação autónoma		297.135
Efeito da alteração de taxa		(211.711)
Dupla tributação internacional		7.510
Efeito da consolidação fiscal		(39.681)
Imposto diferido		<u>(1.708.618)</u>
Imposto do período		<u>2.883.781</u>

As diferenças permanentes referem-se, essencialmente, à anulação dos efeitos de: consolidação de empresas com resultado negativo, excesso de estimativa para IRC, método da equivalência patrimonial, amortizações não aceites como custos fiscais, menos valias fiscais na alienação de participações financeiras e benefícios fiscais pela criação líquida de emprego.

Diferenças temporárias – Movimentos nos impostos diferidos activos:

	<u>Saldo inicial</u>	<u>Diferenças de câmbio</u>	<u>Efeito do período</u>	<u>Saldo final</u>
Provisões para clientes de cobrança duvidosa	678.340	-	(66.151)	612.189
Provisões para investimentos financeiros	295.661	-	567.956	863.617
Provisões para outros riscos e encargos	1.960.930	-	-	1.960.930
Grau de acabamento em obras	437.261	-	661.951	1.099.212
Reporte de prejuízos	96.982	8.398	-	105.380
	<u>3.469.173</u>	<u>8.398</u>	<u>1.163.756</u>	<u>4.641.327</u>

Diferenças temporárias – Movimentos nos impostos diferidos passivos:

	Saldo inicial	Diferenças de câmbio	Efeito do período	Saldo final
Contratos de locação financeira	32.101	-	(5.237)	26.864
40% aumento das reintegrações resultantes da reavaliação do imobilizado corporeo	206.164	-	(3.084)	203.080
Mais valias não tributadas por reinvestimento	2.019.686	-	(73.065)	1.946.621
Grau de acabamento	749.604	-	(463.475)	286.129
	<u>3.007.555</u>	<u>-</u>	<u>(544.861)</u>	<u>2.462.694</u>

O imposto diferido activo relativo ao “Método do grau de acabamento em obras” resulta do facto de se ter considerado como proveitos fiscais as revisões de preços na sua totalidade.

39. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Somague – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. no semestre findo em 30 de Junho de 2003 ascenderam a 369.361 Euros.

41. REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (LEGISLAÇÃO)

As empresas englobadas na consolidação procederam em anos anteriores à reavaliação de imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei 430/78, de 27 de Dezembro;
- Decreto-Lei 219/82, de 2 de Junho;
- Decreto-Lei 399-G/84, de 28 de Dezembro;
- Decreto-Lei 118-B/86, de 27 de Maio;
- Decreto-Lei 111/88, de 2 de Abril;
- Decreto-Lei 49/91, de 25 de Janeiro;
- Decreto-Lei 264/92, de 24 de Novembro.

44. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos semestres findos em 30 de Junho de 2003 e 2002, têm a seguinte composição:

	2003	2002
<u>Custos e perdas:</u>		
Perdas em empresas associadas (Nota 27)	1.648.377	946.752
Juros suportados	6.519.895	5.460.376
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1.133.634	2.037.777
Provisões para aplicações financeiras (Nota 46) (a)	1.721.078	635.012
Outros custos e perdas financeiros (b)	3.345.496	2.338.877
	<u>14.368.480</u>	<u>11.418.794</u>
Resultados financeiros	<u>(5.357.732)</u>	<u>(4.437.250)</u>
	<u>9.010.748</u>	<u>6.981.544</u>
 <u>Proveitos e ganhos:</u>		
Ganhos em empresas associadas (Nota 27)	2.011.026	2.070.269
Juros obtidos	4.777.638	2.723.249
Rendimentos de imóveis	340.971	529.272
Diferenças de câmbio favoráveis	1.103.167	467.621
Descontos de pronto pagamento obtidos	535.619	694.750
Outros proveitos e ganhos financeiros	242.327	496.383
	<u>9.010.748</u>	<u>6.981.544</u>

(a) As provisões para aplicações financeiras constituídas durante o semestre findo em 30 de Junho de 2003, referem-se à Sogel e Habitar nos montantes de 1.686.956 e 34.122 Euros, respectivamente e correspondem aos resultados do semestre daquelas empresas participadas (Nota 2.a)).

(b) No semestre findo em 30 de Junho de 2003, esta rubrica tem a seguinte composição:

Garantias bancárias e seguros de crédito	1.113.662
Juros e encargos com contratos de locação financeira	406.713
Serviços bancários	167.979
Despesas com papel comercial	355.283
Comissões de factoring	821.378
Outros	480.481
	<u>3.345.496</u>

45. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos semestres findos em 30 de Junho de 2003 e 2002, têm a seguinte composição:

	2003	2002
<u>Custos e perdas:</u>		
Donativos	693.119	176.576
Perdas em imobilizações	888.203	569.502
Multas e penalidades	45.300	10.595
Perdas em existências	2.447	97.426
Correcções relativas a exercícios anteriores	744.187	770.255
Outros custos e perdas extraordinários	357.219	271.832
	<u>2.730.475</u>	<u>1.896.186</u>
Resultados extraordinários	<u>1.764.813</u>	<u>1.516.283</u>
	<u>4.495.288</u>	<u>3.412.469</u>
 <u>Proveitos e ganhos:</u>		
Restituição de impostos	11	32.780
Benefícios e penalidades contratuais	44.649	1.151
Ganhos em imobilizações	2.361.694	65.885
Ganhos em existências	985	82
Redução de provisões (Nota 46)	302.379	744.768
Excesso de estimativa de imposto	802.123	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	262.403	194.461
Outros proveitos e ganhos extraordinários	721.044	2.373.342
	<u>4.495.288</u>	<u>3.412.469</u>

A rubrica “Perdas em imobilizações” inclui 48.428 Euros, correspondentes à perda na alienação da participação na GHP (Nota 27).

A rubrica “Ganhos em imobilizações” inclui 1.384.164 Euros, correspondentes ao ganho na alienação da participação na Alcântara Rio (Nota 27).

A rubrica “Excesso de estimativa de imposto” resultou, essencialmente, das diferenças entre os resultados estimados dos ACEs participados, considerados na determinação da estimativa de imposto do exercício anterior, e os resultados fiscais efectivamente apurados pelos mesmos, apropriados ao abrigo do regime de transparência fiscal.

46. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2003 ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções (Nota 45)	Transferências	Efeito cambial	Saldo final
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa	13.010.757	494.286	(28.272)	14.956	(1.442)	13.490.285
Provisão para investimentos financeiros	1.069.651	-	-	-	-	1.069.651
Provisões para perdas estimadas em existências	8.451	-	-	-	-	8.451
Provisões para riscos e encargos:						
Provisão para pensões	155.755	-	-	-	-	155.755
Provisão para outros riscos	10.221.910	1.670.959	(274.107)	(14.956)	(52.496)	11.551.310
	<u>24.466.524</u>	<u>2.165.245</u>	<u>(302.379)</u>	<u>-</u>	<u>(53.938)</u>	<u>26.275.452</u>

A redução na rubrica “Provisões para processos judiciais em curso” resulta da conclusão de um processo judicial, cujo desfecho foi favorável à Empresa.

A redução na rubrica “Provisões para outros riscos” refere-se, essencialmente, à diminuição da estimativa de perdas em obras em curso.

O aumento ocorrido nas provisões no semestre findo em 30 de Junho de 2003, é como segue:

Provisões para aplicações financeiras (Nota 44)	1.721.078
Equivalência patrimonial (Nota 27)	(50.431)
Outros reforços do período	494.508

	2.165.245
	=====

Em 30 de Junho de 2003, a provisão para outros riscos compõe-se como segue:

Provisão para impostos	5.059
Provisão para processos judiciais em curso	588.188

	593.247
Provisões para investimentos financeiros:	
Sogel	4.798.605
Habitat	1.965.698

	6.764.303
Provisão para capitais próprios negativos de empresas participadas:	
ACE do Banco Portugal	959.423
Maguetecno	1.541.973
Águas do Sado	924.625
Águas de Mandaguary	240.545
Ecobarcelos	46.332
Aplicação Urbana II	100.167
Espaço Portimão	145

	3.813.210
Provisões para perdas estimadas em obras	203.618
Outros riscos e encargos	176.932

	380.550

Total provisões para outros riscos e encargos	11.551.310
	=====

47. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Conforme indicado na Nota 23.c), os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, são registados pelo método financeiro. Em 30 de Junho de 2003, está registado em imobilizado corpóreo um montante de 59.368.225 Euros relativo ao valor de aquisição destes bens e na rubrica “Fornecedores de imobilizado, conta corrente” o montante de 30.890.000 Euros, relativo a contas a pagar às locadoras, dos quais 20.076.377 Euros estão classificados a médio e longo prazo por se vencerem a mais de um ano.

Em 30 de Junho de 2003, as responsabilidades das empresas do Grupo, como locatárias, relativas à parcela de capital das rendas vincendas em contratos de locação financeira vencem-se nos próximos exercícios, como segue:

2004	3.893.248
2005	1.941.721
2006	1.746.846
2007	1.826.221
2008 e seguintes	10.668.341

	20.076.377
	=====

49. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Em termos operacionais o Grupo encontra-se organizado em quatro segmentos principais: construção, imobiliário, concessões e ambiente.

Segmento da construção: inclui a execução de obras públicas e privadas;

Segmento imobiliário: inclui a montagem de operações e o acompanhamento de negócios de projectos imobiliários de habitação social e ainda a compra e venda de imóveis;

Segmento das concessões: tem por objecto o desenvolvimento de projectos de concessões podendo envolver a respectiva exploração, concepção, financiamento, construção e prestação de serviços de consultoria no âmbito desses projectos;

Segmento do ambiente: inclui a prestação de serviços de consultoria em projectos de sistemas de salubridade, concepção, construção e operação de sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos e na exploração de infraestruturas de tratamento e distribuição de água.

Em 30 de Junho de 2003, a principal informação relativa a cada um destes segmentos é a seguinte:

	Construção	Imobiliário	Ambiente	Concessões	Outros serviços	Eliminações	Consolidado
Réditos							
Vendas externas	368.582.288	8.950.022	16.132.889	1.441.875	193.976	-	
Vendas inter-segmentais	7.353.445	150.000	848.753	1.313.872	1.047.476	(10.713.546)	
Réditos totais	375.935.733	9.100.022	16.981.642	2.755.747	1.241.452	(10.713.546)	395.301.050
Resultados							
Resultados segmentais	11.325.932	(85.224)	1.463.903	182.826	(2.069.832)	313.503	11.131.108
Gastos da empresa não imputados	-	-	-	-	-	-	-
Resultados operacionais							11.131.108
Gastos de juros	(10.063.078)	(554.844)	(684.069)	(780.999)	(1.622.993)	985.879	(12.720.104)
Proveitos de juros	6.001.635	262.443	366.255	667.554	998.732	(1.296.897)	6.999.722
Parte de lucro líquidos em associadas	45.552	(98.371)	(574.036)	989.505	-	-	362.650
Impostos s/ lucros	(2.367.356)	(53.989)	(443.202)	(5.326)	(13.908)	-	(2.883.781)
Resultados de actividades ordinárias							2.889.595
Resultados extraordinárias	(10.543)	1.448.311	193.867	20.003	115.660	(2.485)	1.764.813
Interesses minoritários	(105.647)	-	246.740	-	-	-	141.093
Resultado líquido							4.513.315
Outras informações							
Activos do segmento	700.371.799	59.429.443	51.169.123	51.607.116	89.987.978	(70.109.197)	882.456.262
Investimento em associadas	7.365.930	9.887	6.101.827	11.716.630	42.028	-	25.236.302
Activos da empresa não imputados	-	-	-	-	-	-	-
Activos totais consolidados	707.737.729	59.439.330	57.270.950	63.323.746	90.030.006	(70.109.197)	907.692.564
Passivos do segmento	605.645.968	49.269.156	51.917.648	37.892.498	86.211.624	(70.109.197)	760.827.696
Passivos da empresa não imputados	-	-	-	-	-	-	-
Passivos totais consolidados							760.827.696
Dispendios de capital fixo (aquisições)	8.701.204	3.951	624.890	26.661	3.107	-	9.359.813
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	8.376.503	64.148	956.941	220.260	1.221.235	-	10.839.087

Em 30 de Junho de 2003, os réditos de vendas, os activos líquidos totais e os investimentos totais repartidos por mercados geográficos são como segue:

	Construção	Imobiliário	Ambiente	Concessões	Outros serviços	Consolidado
Réditos de vendas por mercados geográficos	368.582.288	8.950.022	16.132.889	1.441.875	193.976	395.301.050
Portugal	349.929.140	8.950.022	8.495.137	572.049	193.976	368.140.324
Brasil	6.991.248	-	58.739	869.826	-	7.919.813
Macau	-	-	7.579.013	-	-	7.579.013
Marrocos	-	-	-	-	-	-
Cabo Verde	5.248.266	-	-	-	-	5.248.266
Moçambique	1.434	-	-	-	-	1.434
Angola	6.412.200	-	-	-	-	6.412.200

	Construção	Imobiliário	Ambiente	Concessões	Outros serviços	Consolidado
Activos líquidos segmentais	697.195.015	54.788.090	56.937.961	62.772.550	35.998.949	907.692.564
Portugal	651.157.084	54.788.090	44.725.328	47.741.553	35.998.949	834.411.003
Brasil	8.859.534	-	2.000.910	15.030.997	-	25.891.441
Macau	-	-	10.211.723	-	-	10.211.723
Marrocos	4.245.487	-	-	-	-	4.245.487
Cabo Verde	14.140.484	-	-	-	-	14.140.484
Angola	18.792.426	-	-	-	-	18.792.426

	Construção	Imobiliário	Ambiente	Concessões	Outros serviços	Consolidado
Investimentos	8.701.204	3.951	624.890	26.661	3.107	9.359.813
Portugal	7.607.249	3.951	492.641	-	3.107	8.106.948
Brasil	189.152	-	18.626	26.661	-	234.439
Macau	-	-	113.623	-	-	113.623
Marrocos	-	-	-	-	-	-
Cabo Verde	345.086	-	-	-	-	345.086
Angola	559.717	-	-	-	-	559.717

50. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 30 de Junho de 2003, os investimentos financeiros tinham a seguinte composição:

Nome	Capitais próprios em 30 de Junho de 2003	Percentagem de participação	Valor de compra	Valor de balanço
Partes de capital em empresas associadas:				
Finerge	2.286.111	49,99%	416.446	1.143.056 a)
Engigás	2.915.777	40%	758.173	1.166.311 a)
Ambigal	(104.428)	49,75%	99.760	66.533 b)
LRTM	267.122	50%	37.410	133.561 a)
Águas do Sado	(2.311.562)	40%	1.795.672	- a)
Tratave	251.921	40%	249.399	100.768 a)
Águas da Figueira	1.299.202	40%	599.994	519.681 a)
Águas de Cascais	93.581	30,50%	1.630.396	28.542 a)
CEI	26.067	50%	272.938	13.034 a)
Águas de Gondomar	2.675.830	42,50%	1.062.499	1.137.228 a)
Águas de Mandaguahy	(492.184)	49%	-	- a)
Sanambi	(128.952)	85%	20.331	- a)
Sanear	3.001.207	56%	-	1.676.804 a)
Hidro 4	40.053	100%	68.275	40.053 a)
GSA - Gestão de Sistemas Ambientais	132.867	50%	25.000	66.434 b)
GSU - Açores	67.561	50%	25.000	33.781 a)
Engibrás	386.789	10%	5.098	3.041 a)
Sanesalto	22.515	60%	75.000	13.509 a)
Etarlima	-	50%	-	8.996 a)
Ambiporto	-	50%	-	17.030 a)
Triângulo do Sol	24.117.205	40%	3.866.844	9.647.378 a)
Lusoponte, S.A.	46.972.259	17,21%	11.180.284	2.069.252 a) e c)
Tecnasol	12.075.353	50%	2.200.537	3.668.720 a)
Sogel	1.887.816	100%	6.530.477	3.339.712 b)
Habitar	(1.401.952)	100%	6.507.226	- b)
G.H.P.	n.d.	49,98%	468.427	b)
Edimecânica	n.d.	100%	309.255	293.228 b)
Soconstroi - Engenharia	2.655	100%	9.996	2.653 a)
Cecime	293.912	20%	249.400	58.782 a)
PEVR	(342.967)	80%	42.028	42.028 b)
Somaguinter, Lda	n.d.	50%	-	10.930 b)
HSE	8.989	27,5%	-	2.472 a)
Espaço Portimão	(435)	33,33%	-	- a)
1.10 - Construções e Empreendimentos	18.337	33,2%	-	6.088 a)
Aplicação Urbana II	(400.669)	25%	-	- a)
Maguetecno	(1.541.973)	100%	623.497	- a)
Ferropor	8.320	50%	4.400	4.160 a)
				<u>25.313.765</u>
Empréstimos a empresas associadas:				
Águas da Figueira				1.518.077
Águas de Gondomar				1.685.952
Águas do Sado				1.474.048
Finerge				2.835.182
Águas da Costa de Cascais				4.043.700
Falcão Agrícola				1.666
Tecnasol				2.368.956
Sogel				6.786.533
Habitar				9.065.682
PEVR				776.130
Espaço Portimão				5.852.562
Aplicação Urbana II				4.639.874
Jardins Braço de Prata - Empreendimentos Imobiliários, S.A.				24.940
1.10 - Construções e Empreendimentos				<u>380.000</u>
				<u>41.453.302</u>

Nome	Percentagem de participação	Valor de compra	Valor de balanço
Títulos e outras aplicações financeiras:			
Partes de capital em empresas participadas:			
Auto-Estradas do Atlântico, S.A	8,99%	4.934.767	4.934.767
Oesterota - Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A.	12%	60.020	60.020
Vianorte	12,15%	2.654.338	2.654.338
Vialitoral	12,6%	2.061.000	2.061.000
Itaberaba	7,2%	564.126	564.126
Outras		29.615	29.615
			<u>10.303.866</u>
Partes de capital em outras empresas:			
Laboratórios de Engenharia Civil	100%	-	2.252
Fundação Cultural do Centro	10%	24.940	24.940
Sociedade de Empreitadas Somague (Angola)	90%	9.128	9.128
Altabeira	23%	57.985	57.985
Pirites Alentejanas	58%	64.270	64.270
Assicarp - Carpintarias Industriais, Lda.	100%	199.519	106.486
Boavista Futebol Clube	1%	110.000	110.000
Futebol Clube do Porto	n/d	500.000	500.000
União de Leiria Futebol Clube	n/d	199.519	199.519
Archipelag Aviation	100%	1.758.811	678.051
Vortal	10%	503.391	218.317
Kinectics	10%	1.000.000	1.000.000
Jardins Braço de Prata - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	10%	-	9.976
Alverca Futebol SAD	n/d	-	24.937
Marítimo - SAD	n/d	32.422	32.422
Uniténis	n/d	23.942	23.942
Ambelis	n/d	19.952	19.952
imosal	n/d	16.327	16.327
BCP	n/d	10.674	10.674
Douro G.P.I	n/d	10.390	10.390
BTA	n/d	8.435	8.435
Bomba H	10%	4.988	4.988
Outras	n/d	8.874	5.219
			<u>3.138.210</u>
Outros títulos:			
SOMAGUE Warrants			2.370.917
			<u>15.812.993</u>
Outros empréstimos concedidos:			
Lusoponte			8.531.769
Auto-Estradas do Atlântico			10.578.555
Oesterota			1.816.843
Vialitoral			2.250.000
Vianorte			272.463
Altabeira			12.470
Assiconstrói / Amadeu Gaudêncio			671.568
Bomba H			57.452
Archipelag Avition			677.223
ACE Ferroiberica			99.261
			<u>24.967.604</u>
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros:			
Auto-Estradas do Atlântico			3.756.744
Total investimentos financeiros			<u>111.304.408</u>
Provisão para investimentos financeiros			(1.069.651)
Investimentos financeiros líquidos			<u>110.234.757</u>

- (a) Estas empresas encontram-se registadas pelo método da equivalência patrimonial, conforme descrito nas Notas 3 e 23.d).
- (b) Empresas registadas ao custo de aquisição, deduzido da provisão para perdas estimadas quando aplicável.

- (c) Os capitais próprios desta empresa participada, incluem prestações suplementares de 6.007.653 Euros.

51. PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO

Em 30 de Junho de 2003, o saldo desta rubrica compõe-se como segue:

PMG – Imobiliário	29.539.538
Transmetro	2.913.866
Somague Ambiente - Valor dos Projectos em curso	1.234.064
Somague Serviços – Projectos em curso	105.800
Ediçor	182.157
	<u>33.975.425</u>

52. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 30 de Junho de 2003, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o Valor Acrescentado	4.230.375	7.905.681
Contribuições para a Segurança Social	3.340	2.245.672
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS	233.753	1.929.124
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	2.395.816	4.587.541
Outros	8.220	198.257
	<u>6.871.504</u>	<u>16.866.275</u>

A rubrica de IRC a pagar está líquida de pagamentos por conta bem como de retenções na fonte efectuadas por terceiros.

53. OUTROS DEVEDORES

Em 30 de Junho de 2003, esta rubrica tem a seguinte composição:

Habitar	4.742.521
Aplicação Urbana II - Inv. Imobiliário, SA	3.520.723
Gleba	3.488.693
Sogel	3.264.644
ACE Alqueva	3.209.858
Bento Pedroso Construções, SA	3.170.144
ACE Águas de Gondomar	1.870.698
Obriverca	1.795.672
Pesna - Soc. de Construções, Lda.	1.648.122
Soconstrói Engenharia	1.482.658
Dustrimetall - Metálica, Lda.	1.149.503
Sachwert Rendite - Fonds Europa GMBH & Co. KG	1.022.536
Martifer, Lda.	900.090
Balfour Beatty Rail, S.P.A.	614.896
Novomotor	556.876
Somague Ambiente - SGPS	467.310
Pavia - Pavimentos e Vias, SA	445.226

Irmãos Ribeiro	268.960
CVC	245.316
Nogueira da Costa & Pereira, Lda	204.085
Obras Civas - L.N. 2.1 ACE	165.051
Entrepose Contracting	104.767
ACE Metro	91.605
ACE das Águas da Linha	90.970
Obriverca	1.795.672
Outros	6.197.073
Outros devedores de participadas, sucursais e ACE's:	
Sucursais	7.826.156
Somague TI, Tecnologias de Informação, SA	397.648
Somague Madeira	1.651.945
CVC	988.331
Alqueva	246.430
Neopul	150.142
Somague TI, Tecnologias de Informação, SA	62.641
Linha Amarela	38.982
Etar da Madalena	29.026
Lismercado	24.886
Metro	18.064
CP Alfarelos	7.643
Casa da Música	5.650
Inf. Antas	4.268
Acc. Antas	3.478
Transmetro	3.293
NOvaPOnte	2.094
Resercavado	1.513
Lipor Construção	1.335
NovaEstrada	337
Gare Oriente	270
Metrodi	162
Obras Civas - L.N. 2.1 ACE	17
	<hr/> 52.327.414
Provisão para devedores duvidosos	(3.860.327)
	<hr/> <hr/> 48.467.087

54. ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS

Em 30 de Junho de 2003, esta rubrica tem a seguinte composição:

Trabalhos executados e não facturados (Nota 23):

Transmetro	48.152.733
Somague Engenharia	24.101.672
Ediçor	16.393.131
ACE do Alqueva	6.129.780
ACE da Metro	5.217.209
Somague Engenharia Madeira	4.716.350
CVC	1.581.491
ACE da Novaestrada	1.267.453
ACE das Infraestruturas das Antas	1.186.742
Águas de Gondomar	1.122.785
Neopul	547.515
Cesl Ásia	433.154
Viveiros do Falcão	425.909
Águas de Carrazeda	340.364
ACE Acessibilidade das Antas	299.059
ACE VL9	270.888
Complexos desportivos	256.634
ACE da Linha do Norte	233.079
Aniser	230.604
AGS Macau	229.080
Somague Ambiente	100.000
CGS	78.195
MPS	26.291
Focus	16.079
Projectos imobiliários (Plano Especial de Realojamento):	
Lameirinho	2.928.893
Casal do Evaristo	415.828
Juros a receber	3.907.430
Outros	932.021
	<u>121.540.369</u>

A rubrica de "Juros a receber" diz respeito a juros de suprimentos a facturar às associadas.

55. CUSTOS DIFERIDOS

Em 30 de Junho de 2003, esta rubrica tem a seguinte composição:

Custos com empreendimentos / projectos imobiliários (a)	2.001.112
Custos com propostas para concursos de adjudicação de obras e de concessões (b)	3.275.379
Seguros	599.189
Juros	603.822
Outros:	
ACE da Transmetro	337.427
CVC	362.791
Ediçor	509.889
Somague TI	82.862
Somague Engenharia Madeira	30.811
ACE Lipor Construção	6.748
AGS	510.679
AGS Macau	95.710
Focus	61.448
CGS	52.547
Outros	39.128
Outros	256.610
	<u>8.826.152</u>

- (a) Estes custos respeitam a despesas diversas com empreendimentos/projectos imobiliários, que serão reconhecidos como custo na data da respectiva comercialização.
- (b) Estes montantes respeitam, essencialmente, a custos com propostas ganhas, que estão a ser reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com a percentagem de acabamento das obras, e ainda a custos com propostas relativas a projectos e obras de grande dimensão a que o Grupo está a concorrer e cujo desfecho o Conselho de Administração antecipa vir a ser positivo.

56. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 30 de Junho de 2003, o capital da Empresa era constituído por 26.100.000 acções ao portador, com o valor nominal de cinco Euros cada.

57. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL SUBSCRITO

Em 30 de Junho de 2003 eram detentoras de mais de 20% do capital subscrito as seguintes entidades:

Freman Investments, Ltd.	31,50%
Sacyr, S.A.	29,69%

58. MOVIMENTO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 30 de Junho de 2003, foi o seguinte:

	Saldo inicial	Aumento/ diminuição	Transferências	Saldo final
Capital	130.500.000	-	-	130.500.000
Prémios de acções	39.470.047	-	-	39.470.047
Diferenças de consolidação (Notas 10 e 27)	(27.931.583)	(121.715)	-	(28.053.298)
Reserva legal	2.200.444	-	400.000	2.600.444
Outras reservas	729.078	-	-	729.078
Resultados transitados (Nota 38)	(10.190.744)	453.544	2.404.421	(7.332.779)
Resultado líquido do exercício	7.225.171	4.513.315	(7.225.171)	4.513.315
	<u>142.002.413</u>	<u>4.845.144</u>	<u>(4.420.750)</u>	<u>142.426.807</u>

Prémios de emissão de acções: Os valores englobados nesta rubrica correspondem a ágios pagos pelos accionistas na realização de capital. Segundo a legislação em vigor, a utilização do saldo desta rubrica segue o regime aplicável à reserva legal.

Reserva legal: De acordo com a legislação vigente, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal no mínimo 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja no mínimo 20% do capital. Esta reserva não pode ser distribuída aos accionistas, podendo contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas ou incorporada no capital.

Aplicação de resultados: De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 28 de Abril de 2003, o resultado líquido do exercício de 2002 foi aplicado em reserva legal, resultados transitados, distribuição de dividendos e gratificações à gestão nos montantes de 400.000 Euros, 2.404.421 Euros, 3.915.000 Euros e 505.750 Euros, respectivamente.

O aumento ocorrido na rubrica “Diferenças de consolidação” diz respeito ao efeito de variações positivas e negativas ocorridas nos capitais próprios das empresas associadas, registadas pelo método da equivalência patrimonial e empresas do grupo consolidadas pelo método integral, nos montantes de 1.175.283 Euros e (1.296.998) Euros, respectivamente.

59. INTERESSES MINORITÁRIOS

Os interesses minoritários registados no balanço consolidado em 30 de Junho de 2003 e na demonstração dos resultados do semestre findo naquela data, respeitam à participação de terceiros nos capitais próprios e resultados das seguintes empresas do Grupo:

	<u>Resultado</u>	<u>Capitais próprios</u>
Somague Engenharia:		
CVC	(70.811)	117.754
Neopul	(34.836)	1.650.057
Somague Ambiente:		
Cesl Asia	148.855	1.384.533
CGS	(34.027)	146.372
AGS Macau	32.130	89.972
Procesl	109.476	390.840
MPS	43.818	66.163
Focus	(19.683)	654
YTS	(62)	5.034
Y&T	6.809	15.254
RESIL	3.536	17.503
Águas de Carrazeda	(15.868)	242.862
Viveiros do Falcão	(28.245)	311.063
	<u>141.093</u>	<u>4.438.061</u>

O movimento ocorrido no primeiro semestre de 2003, nos interesses minoritários foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2002	4.919.909
Interesses minoritários do semestre	141.093
Alterações do perímetro de consolidação	(622.941)

Saldo em 30 de Junho de 2003	4.438.061
	=====

60. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 30 de Junho de 2003 esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>Curto prazo</u>	<u>Médio e longo prazo</u>
Empréstimos por obrigações (a)	8.108.750	-
Empréstimos por obrigações com "warrants" (b)	-	5.190.773
	<u>8.108.750</u>	<u>5.190.773</u>
Contas correntes caucionadas	42.861.488	431.260
Papel comercial (c)	-	70.969.947
Empréstimos bancários (d)	3.500.000	28.386.910
Descobertos bancários (e)	74.246.543	-
Financiamentos externos (f)	1.070.094	12.207.193
Outros financiamentos	748.226	-
	<u>122.426.351</u>	<u>111.995.310</u>
Instituto Nacional de Habitação (g)	22.219.313	-
	<u>152.754.414</u>	<u>117.186.083</u>

- (a) Empréstimo obtido em 29 de Abril de 1997, vence juros semestralmente, à taxa Euribor a 180 dias, acrescida de meio ponto percentual. A taxa de juro anual em vigor em 30 de Junho de 2003 era de 3,0625%. O reembolso do empréstimo será efectuado em Abril de 2004.
- (b) Em 14 de Maio de 1998, a Empresa emitiu um empréstimo por obrigações com “warrants” no montante de 49.879.790 Euros, tendo procedido posteriormente ao resgate de 8.959.765 obrigações. Este empréstimo vence juros semestralmente à taxa Euribor a 180 dias, deduzida de meio ponto percentual. A taxa de juro anual em 31 de Dezembro de 2002 era de 1,905%. As obrigações serão reembolsadas ao par, num prazo máximo de 7 anos, podendo a Empresa optar pelo reembolso antecipado no final do quinto ano. A cada duas obrigações será atribuído o direito de subscrever uma acção da Empresa de 14 de Outubro a 16 de Novembro de 2005, ao preço unitário de 12,47 Euros.
- (c) O empréstimo de papel comercial classificado a médio e longo prazo é composto pelas emissões seguintes:

Empréstimo sob a forma de “Papel comercial grupado”, no valor global de 50.750.000 Euros, está a ser utilizado pela Somague SGPS no montante de 38.250.000 Euros e pela Somague Engenharia no montante de 12.469.947 Euros. Foi obtido ao abrigo de um contrato programa celebrado em 20 de Março de 2003, vence juros semestralmente a uma taxa de juro anual variável, que em 30 de Junho de 2003 era de 2,66%. O contrato programa ao abrigo do qual foi efectuado termina em 30 de Março de 2008.

Emissão subscrita em 29 de Maio de 2003 no valor de 15.000.000 Euros com data de reembolso em 04 de Julho de 2003, a qual em 30 de Junho de 2003 vencia juros a uma taxa média anual de 2,55%. O contrato programa ao abrigo do qual foi efectuado termina em 29 de Maio de 2006.

Emissão subscrita em 20 de Março de 2003 no valor de 5.250.000 Euros, com data de reembolso em 19 de Setembro de 2003, a qual em 30 de Junho de 2003 vencia juros a uma taxa média anual de 2,875%. O contrato programa ao abrigo do qual foi efectuado termina em 21 de Dezembro de 2006.

A classificação destas emissões no médio e longo prazo resulta da existência de compromisso para a renovação sucessiva dos mesmos durante todo o período dos contratos programas.

- (d) Os empréstimos bancários de médio e longo prazo, incluem o montante de 16.100.000 Euros relativo a um contrato celebrado em 26 de Agosto de 2002 destinado à aquisição de 1.200.000 acções do capital da Somague Concessões e cessão de suprimentos. Este empréstimo vence juros semestralmente à taxa Euribor a 180 dias, acrescida de 1,25%, que em 30 de Junho de 2003 era de 3,7%. O capital será amortizado em quatro prestações anuais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 26 de Agosto de 2004.
- (e) Os descobertos bancários, as contas correntes caucionadas e os financiamentos a curto prazo vencem juros às taxas normais de mercado.
- (f) O financiamento externo foi concedido pelo Banco Espírito Santo por um prazo de doze anos, a contar da data da primeira utilização, que foi efectuada em 27 de Novembro de 1995, até ao limite de 12.000.000 de Dólares dos Estados Unidos da América. Os juros deste financiamento são calculados semestral e postecipadamente, utilizando-se a taxa Libor a 180 dias, acrescida de um ponto percentual. A taxa de juro anual em vigor em 30 de Junho de 2003 era de 1,1938%. O reembolso do capital é efectuado em vinte prestações semestrais, iguais e sucessivas, encontrando-se em dívida o reembolso das últimas 7 prestações, como segue:

2004	524.748
2005	1.049.496
2006	1.049.496

	2.623.740
	=====

- (g) O financiamento concedido pelo Instituto Nacional de Habitação enquadra-se no sistema actualmente em vigor de construção a preços controlados, devendo ser reembolsado sempre que se regista a venda de uma fracção financiada, e vence juros de acordo com as condições do sistema.

61. OUTROS CREDITORES

Em 30 de Junho de 2003, esta rubrica tem a seguinte composição:

	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total
Factoring (a)	14.447.218	-	14.447.218
Tecnocarro	-	1.343.297	1.343.297
Habitar	866.974	-	866.974
Outros	11.896.287	1.626.000	13.522.287
	<u>27.210.479</u>	<u>2.969.297</u>	<u>30.179.776</u>

(a) A tomada de créditos relativa a este contrato é efectuada com direito de regresso.

62. CLIENTES CONTA CORRENTE – MÉDIO E LONGO PRAZO

Em 30 de Junho de 2003, o montante registado nesta rubrica diz respeito a uma conta a receber do Governo da República de Cabo Verde, relativa à obra “Porto do Maio e da Boavista” encontra-se garantida em 85% através de um seguro de crédito concedido pela COSEC – Companhia de Seguros de Crédito, S.A., e vence com segue:

2004	524.748
2005	1.049.496
2006	1.049.496

	2.623.740
	=====

63. ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

Em 30 de Junho de 2003, esta rubrica tem a seguinte composição:

Consumos de materiais e fornecimentos e serviços externos	20.333.344
Encargos com férias e subsídios de férias e de Natal	14.270.477
Juros a liquidar	949.593
Seguros	559.101
Despesas com garantias bancárias	5.102
Custos estimados para fecho de projectos	1.352.765
Custos incorridos relativos a complexos desportivos	567.831
Outros	3.452.304
	<u>41.490.517</u>

64. PROVEITOS DIFERIDOS

Em 30 de Junho de 2003, esta rubrica tem a seguinte composição:

Proveitos diferidos em obras em curso	63.515.030
Estimativa de custos a incorrer no período de garantia	12.377.084
Mais valia referente ao contrato de relocação financeira	2.412.319
Juros	1.500.000
Outros	709.792
	<u>80.514.225</u>

(a) Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, foi efectuada uma operação de relocação financeira de um terreno sito no Linhó, destinado à construção da actual sede e ao futuro desenvolvimento de um projecto imobiliário. A mais valia resultante do referido contrato foi diferida,

sendo reconhecida durante o prazo do contrato ou na medida em que venham a ser realizadas vendas imobiliárias.

65. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Esta rubrica em 30 de Junho de 2003, tem a seguinte composição:

Existências iniciais	20.649.460
Variação cambial	7.766
Compras	52.541.468
Existências finais	(21.484.761)

	51.713.933
	=====

66. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

Em 30 de Junho de 2003 a demonstração da variação da produção é como segue:

Existências iniciais	(31.261.938)
Variação cambial	1.945
Existências finais	33.975.425

	2.715.432
	=====

67. PROVEITOS SUPLEMENTARES

Em 30 de Junho de 2003 esta rubrica engloba valores respeitantes à recuperação de encargos suportados com propostas para concursos por conta dos consorciados e à cedência de equipamentos a ACE's.

68. IMPOSTOS SOBRE LUCROS

A Empresa e as suas participadas encontram-se sujeitas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC, actualmente à taxa anual de 30%, acrescida de Derrama até à taxa máxima de 10%, atingindo uma taxa agregada de 33%. Face à sua forma jurídica e objecto social, a Empresa está abrangida pela legislação fiscal aplicável às sociedades gestoras de participações sociais. Os ganhos ou perdas em empresas do grupo e associadas resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial não são relevantes para efeitos fiscais, sendo os dividendos recebidos dessas empresas participadas excluídos de tributações de acordo com a nova redacção do artigo 45 ° do Código de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC).

Em 30 de Junho de 2003 a Empresa enquanto sociedade dominante e algumas das suas participadas (localizadas em Portugal e onde a percentagem de participação é igual ou superior a 90%) estão abrangidas pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades, previsto no artigo 63º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC. Nesta conformidade, os resultados fiscais das suas participadas concorrem para a matéria colectável da Empresa. A opção pelo novo regime conduz a que o custo com o imposto sobre o rendimento seja reconhecido na esfera individual de cada empresa e a conta a pagar ao Estado esteja reflectida na empresa enquanto sociedade dominante.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, a situação fiscal da Empresa e das suas participadas, está sujeita a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até ao exercício de 2000, inclusive, cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que dependendo das circunstâncias, os prazos serão prolongados ou suspensos. Deste modo, as respectivas declarações fiscais dos anos de 1999 a 2002 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Em resultado da revisão efectuada pelas autoridades fiscais às declarações de IRC de anos anteriores de determinadas empresas participadas, surgiram correcções aos prejuízos fiscais declarados no montante de, aproximadamente, 18.200.000 Euros. O Conselho de Administração, com base nos pareceres técnicos dos seus consultores, entende que a referida liquidação não tem provimento, pelo que a mesma foi reclamada desconhecendo-se a esta data o seu desfecho.

69. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 30 de Junho de 2003 e 31 de Dezembro de 2002, é como segue:

	2003	2002
Numerário	1.845.627	1.164.864
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	20.823.968	10.414.495
	<u>22.669.595</u>	<u>11.579.359</u>
Títulos negociáveis	6.385	3.500.000
Outras aplicações de tesouraria	-	2.746
	<u>6.385</u>	<u>3.502.746</u>
	<u>22.675.980</u>	<u>15.082.105</u>

70. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Na elaboração desta demonstração foram seguidos os seguintes critérios:

- A rubrica "Custo das vendas e das prestações de serviços" da demonstração dos resultados por funções ("DRF") inclui várias rubricas da demonstração dos resultados por naturezas ("DRN"), nomeadamente fornecimentos e serviços externos (à excepção de rendas e alugueres, comunicação, material de escritório e despesas de condomínio que se encontram registados em "Custos administrativos"), remunerações, amortizações e impostos.
- A rubrica "Custo líquido de financiamento" refere-se à diferença entre proveitos e ganhos e custos e perdas financeiras à excepção dos ganhos/perdas em empresas do grupo que se encontram registados em "Ganhos em filiais e associadas" e de provisões para aplicações financeiras que o Grupo registou em "Perdas em outros investimentos".

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTRADO

NA CMVM SOBRE A INFORMAÇÃO CONSOLIDADA SEMESTRAL

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso relatório de revisão limitada sobre a informação consolidada do semestre findo em 30 de Junho de 2003, da Somague - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Empresa”), incluída: no relatório de gestão, no balanço consolidado, que evidencia um total de 907.692.564 Euros e um total de capital próprio de 142.426.807 Euros incluindo um resultado líquido de 4.513.315 Euros e nas demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa do semestre findo naquela data e no correspondente anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação adicional, são as que constam dos registos contabilísticos da Empresa e suas subsidiárias, posteriormente ajustadas com as quantias, ainda sem registo contabilísticos, que foram objecto do nosso trabalho.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação da informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código de Valores Mobiliários.

6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação financeira semestral.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do semestre findo em 30 de Junho de 2003 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

9. As demonstrações financeiras consolidadas anexas incluem investimentos financeiros, contas a receber de empresas participadas e de terceiras entidades de, aproximadamente, 19.474.000 Euros, 6.145.000 Euros e 6.819.000 Euros, (em 31 de Dezembro de 2002, estes valores ascendiam a 12.326.000 Euros, 14.341.000 Euros e 4.189.000 Euros, respectivamente), relacionados com empresas participadas e entidades sediadas em países africanos. A realização destes montantes depende do sucesso das operações futuras dessas empresas participadas e da capacidade daquelas entidades de efectuarem os referidos pagamentos.
10. As demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2002 e 31 de Dezembro de 2002, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós revistas. Os relatórios por nós emitidos em decorrência desses trabalhos, datados respectivamente de 12 de Setembro de 2002 e 13 de Março de 2003, não incluíam qualquer reserva, incluíam uma ênfase similar à referida no parágrafo 9 acima e duas ênfases não aplicáveis às demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2003.

Lisboa, 16 de Setembro de 2003

FREIRE, LOUREIRO & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Carlos Pereira Freire

RELATÓRIO SIMPLES DE GESTÃO - 1º SEMESTRE 2003

Senhores Accionistas,

A actividade e os resultados da Somague mantiveram-se, ao longo deste período, em contraciclo com o mercado, tendo o volume de negócios crescido 16% e os resultados líquidos 36%.

Este crescimento, que resulta em larga medida da capacidade desenvolvida de montar e apresentar soluções globais aos nossos clientes, encontra-se alinhado com o Plano de Actividades para 2003 e deverá manter a tendência até ao final do corrente exercício.

A finalização das obras relacionadas com o Euro 2004 e a continuada contenção do investimento público têm levado a área de Engenharia da Somague a um grande esforço de contenção no crescimento da estrutura e do investimento, com recurso crescente à subcontratação e à articulação de meios com a Sacyr, de forma a que de um previsível menor crescimento da actividade em 2004 não venha a resultar um impacto significativo sobre a conta de resultados.

Na área de Serviços, merece destaque o especial dinamismo do mercado das concessões municipais de água e saneamento, tendo a Somague, através da AGS, liderado propostas para todos os concursos, dos quais deverá resultar um reforço do seu posicionamento, já de grande relevância neste sector. Ao mesmo tempo mantém-se por conhecer a orientação do Governo relativamente ao processo de desintervenção do Estado neste sector, designadamente no que respeita à participação da Aquapor nos concursos e à sua manutenção no universo empresarial do Estado, através da Águas de Portugal, SA.

No que diz respeito às concessões rodoviárias, foi assinado em Março um acordo de parceria estratégica com a Brisa relativamente à participação conjunta em novas concessões e no âmbito dos accionistas da Autoestradas do Atlântico, tendo posteriormente o núcleo construtor dessa concessionária acordado com a Brisa uma participação minoritária na nova concessionária a constituir para o IC1, em articulação com o correspondente contrato de construção.

Ainda na área de Serviços, merece destaque a parceria formalizada com a José de Mello Saúde no âmbito dos concursos relacionados com os novos hospitais, em que a Somague estará envolvida com aquela entidade de uma forma paritária na concepção, operação e financiamento das infraestruturas, liderará a respectiva construção e participará minoritariamente nas sociedades de prestação de serviços de saúde.

Na área internacional, têm vindo a ser concretizadas as acções que permitirão a centralização no Brasil, em Angola e em Macau da actividade internacional da Somague; o Brasil com actividade de construção e serviços; Angola com actividade essencialmente de construção e Macau de serviços, sendo de referir o cenário aparentemente favorável de desenvolvimento da economia brasileira. Para além destes mercados, têm algumas

participadas da Somague vindo a intervir de uma forma relevante e crescente como prestadoras de serviços em áreas de especialidade em Espanha e na Irlanda.

A regularização das dívidas existentes relativas à construção do Estádio da Luz permitiu manter estável o activo total ao nível dos valores de Dezembro de 2002 e proceder a alguma redução do endividamento consolidado, não obstante o crescimento da actividade, a concretização do plano de investimentos nas concessões e o desenvolvimento de novos parques eólicos.

Situação Económica e Financeira

No final do primeiro semestre de 2003, o activo global da Somague SGPS era de 228.1 milhões de euros, estando financiado, essencialmente, por 142.4 milhões de euros de capitais próprios e 63.6 milhões de euros de passivo de médio e longo prazo, correspondente a uma situação bastante semelhante à que ocorria em 31 de Dezembro de 2002.

Durante o primeiro semestre de 2003, foi emitida uma operação de médio prazo de papel comercial no valor de 50.75 milhões de euros para amortização de duas outras emitidas em 1997 e 1998, para além de se ter amortizado neste período metade do empréstimo obrigacionista emitido em 1997 para financiamento da aquisição da Soconstroi.

Após a consolidação dos resultados obtidos nas empresas participadas, a Somague SGPS apresenta no primeiro semestre deste ano um resultado líquido positivo de 4.513 milhões de euros.

Para além das participações directas no capital social das suas participadas a Somague SGPS detinha suprimentos a 30 de Junho de 2003 nas seguintes empresas:

Somague Ambiente	18.374 mil euros
Somague PMG	6.294 mil euros
Somague Concessões	19.432 mil euros
Somague Serviços	450 mil euros
PE Vila Real	776 mil euros

Perspectivas de Desenvolvimento

De acordo com o Plano Estratégico da Somague, os anos de 2003, 2004 e 2005 representarão a consolidação do posicionamento da Somague nas áreas dos Serviços, em simultâneo com a manutenção da liderança alcançada em Portugal na área tradicional – Engenharia.

A organização, como um todo, terá de responder a este desafio, encarando realisticamente a transição de uma estrutura preparada para o desenvolvimento, de raiz, de novas áreas de negócio, para uma outra mais adaptada à gestão dessas mesmas áreas, sempre numa perspectiva clara de manter uma gestão operacional descentralizada, suportada em

potentes sistemas de reporte e controlo, ao mesmo tempo que se centralizam as decisões estratégicas e o acompanhamento da evolução do valor e risco relacionados com os novos negócios.

Assim, sob a Somague SGPS, que se manterá como o centro de decisão estratégica, ficarão três sociedades que controlarão toda a actividade operacional: a Somague Engenharia, que congrega toda a actividade relacionada com a construção, em Portugal e no exterior; a Somague Serviços que incorporará, por fusão, as actuais Somague Ambiente e Somague Concessões e Serviços e ainda uma terceira sociedade, em constituição, que incorporará os activos imobiliários existentes na actual Somague PMG e que passará assim a ser o braço imobiliário da Somague.

Esta nova sociedade imobiliária irá ser desenvolvida em parceria com a Vallehermoso, culminando um processo de investimentos conjuntos iniciados com a participação no projecto imobiliário da Antas, no Porto, e de forma a tirar máximo partido da experiência daquela sociedade, que é líder de mercado em Espanha.

Com esta reorganização, a Somague dará mais um passo na profissionalização da sua estrutura e dos procedimentos, garantindo-lhe a capacidade de continuar a crescer com pleno controlo dos riscos envolvidos e informação atempada, aproximando a gestão da operação e garantido a qualidade da informação de suporte ao processo de decisão.

Mantemos, em termos estratégicos, as nossas preocupações centradas na indefinição do cenário em que se irá desenvolver a intervenção do Estado nas várias áreas em que a Somague está envolvida e que passa pela não existência de um planeamento a prazo do investimento público, designadamente no que se refere a projectos estruturantes, pela ausência de estratégia conhecida de médio e longo prazo para o sector das águas e pelos atrasos e hesitações relacionados com as novas concessões rodoviárias, que poderão ser alargados à ausência de um modelo de médio prazo para a solução da questão do sector público dos transportes.

Independentemente das soluções, a clarificação da política do Governo nestas áreas será essencial para que se possa proceder a uma reavaliação da estratégia seguida e ao ajustamento que se venha a considerar mais oportuno à intervenção da presença da Somague nessas áreas.

Para a globalidade do ano 2003, é previsível a manutenção do crescimento registado ao nível da actividade e dos resultados no primeiro semestre deste ano. Maior incerteza mantemos relativamente ao desempenho no ano seguinte, que dependerá, em larga medida, da clarificação política relativamente às questões já mencionadas e do comportamento do investimento público.

Lisboa, 31 de Agosto de 2003

O Conselho de Administração

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2003 E 31 DE DEZEMBRO 2002

(Montantes expressos em Euros)

Activo	Notas	30-06-03		31-12-02		Capital próprio e passivo	Notas	30-06-03	31-12-03
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido				
IMOBILIZADO:						CAPITAL PRÓPRIO:			
Imobilizações incorpóreas:						Capital	35, 36 e 40	130.500.000	130.500.000
Despesas de instalação	10	7.407.703	(7.203.220)	204.483	408.966	Acções próprias		-	-
Trespases	10	39.730.055	(10.240.336)	29.489.719	30.482.970	Prémios de emissão de acções	35 e 40	39.470.047	39.470.047
		<u>47.137.758</u>	<u>(17.443.556)</u>	<u>29.694.202</u>	<u>30.891.936</u>	Ajustamentos de partes de capital	10	(57.826.629)	(58.158.458)
Imobilizações corpóreas:						Reserva de reavaliação	40	-	-
Equipamento de transporte	10	32.485	(32.485)	-	41.849	Reserva legal	40	2.600.444	2.200.444
Equipamento administrativo	10	66.599	(38.061)	28.538	32.340	Outras reservas	40	729.078	729.078
		<u>99.084</u>	<u>(70.546)</u>	<u>28.538</u>	<u>74.189</u>	Resultados transitados	40	22.440.552	20.036.131
Investimentos financeiros:						Resultado líquido do semestre	40	4.513.315	7.225.171
Partes de capital em empresas do grupo	10 e 16	138.608.423	-	138.608.423	135.085.939	Total do capital próprio		<u>142.426.807</u>	<u>142.002.413</u>
Empréstimos a empresas do grupo	10 e 16	44.550.928	-	44.550.928	45.692.644	PASSIVO:			
Partes de capital em empresas associadas	10 e 16	52.958	(10.930)	42.028	42.028	PROVISÃO PARA RISCOS E ENCARGOS:			
Empréstimos a empresas associadas	11 e 16	776.130	-	776.130	766.130	Outras provisões para riscos e encargos	34	1.071.519	695.404
Títulos e outras aplicações financeiras	10 e 16	2.370.917	(149.577)	2.221.340	2.221.340	DÍVIDAS A TERCEIROS - Médio e longo prazo:			
	34	<u>186.359.356</u>	<u>(160.507)</u>	<u>186.198.849</u>	<u>183.808.081</u>	Empréstimos por obrigações	48	5.190.773	13.299.523
CIRCULANTE:						Dívidas a instituições de crédito	48	58.350.000	51.015.853
Dívidas de terceiros - Curto prazo:								<u>63.540.773</u>	<u>64.315.376</u>
Clientes, conta corrente	16	6.197.328	-	6.197.328	4.870.883	DÍVIDAS A TERCEIROS - Curto prazo:			
Adiantamentos a fornecedores		-	-	-	17.392	Empréstimos por obrigações	48	8.108.750	8.108.750
Estado e outros entes públicos	49	385.845	-	385.845	9.746	Dívidas a instituições de crédito	48	7.829.302	5.728.196
Accionistas		24.448	-	24.448	24.448	Fornecedores, conta corrente		336.470	343.709
Outros devedores	16	4.832.977	-	4.832.977	3.014.370	Estado e outros entes públicos	49	3.448.881	538.683
		<u>11.440.598</u>	<u>-</u>	<u>11.440.598</u>	<u>7.936.839</u>	Accionistas		22.385	20.494
Depósitos bancários e caixa:						Adiantamentos de clientes		-	92.166
Depósitos bancários	52	27.117		27.117	17.681	Fornecedores de imobilizado, conta corrente		-	2.040
Caixa	52	789		789	777	Outros credores	16	126.024	250.507
		<u>27.906</u>		<u>27.906</u>	<u>18.458</u>			<u>19.871.812</u>	<u>15.084.545</u>
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:						ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
Acréscimos de proveitos	50	44.358		44.358	23.907	Acréscimos de custos	50	404.250	458.647
Custos diferidos	50	553.491		553.491	483.756	Impostos diferidos passivos	6	823.017	823.017
Impostos diferidos activos	6	150.236		150.236	150.236			<u>1.227.267</u>	<u>1.281.664</u>
		<u>748.085</u>		<u>748.085</u>	<u>657.899</u>	Total do passivo			
			(17.514.102)			Total do capital próprio e do passivo			
			(160.507)			85.711.371			
Total de amortizações						228.138.178			
Total de provisões						81.394.989			
Total do activo		<u>245.812.787</u>	<u>(17.674.609)</u>	<u>228.138.178</u>	<u>223.387.402</u>	223.379.402			

O anexo faz parte integrante do balanço em 30 de Junho de 2003.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SOMAGUE - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2003 e 2002

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS	Notas	30-06-03	30-06-02	PROVEITOS E GANHOS	Notas	30-06-03	30-06-02
Fornecimentos e serviços externos		756.922	1.079.134	Prestações de serviços (B)	16	1.047.476	1.047.476
Custos com o pessoal:				Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	7.105.655	5.891.144
Remunerações		395.930	386.326	Outros juros e proveitos similares	16 e 45	998.732	762.493
Encargos sociais		62.681	58.103			8.104.387	6.653.637
		458.611	444.429	(D)		9.151.863	7.701.113
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	1.205.023	1.347.029	Proveitos e ganhos extraordinários	46	182.368	304.731
Impostos		313.927	93.385				
Outros custos e perdas operacionais		26.912	12.565				
(A)		2.761.395	2.976.542				
Perdas em empresas do grupo e associadas	45	376.115	373.462				
Juros e custos similares	45	1.606.475	1.300.474				
		1.982.590	1.673.936				
(C)		4.743.985	4.650.478				
Custos e perdas extraordinários	46	64.370	5.744				
(E)		4.808.355	4.656.222				
Imposto sobre o rendimento do semestre	6 e 49	12.561	9.960				
(G)		4.820.916	4.666.182				
Resultado líquido do semestre		4.513.315	3.339.662				
		9.334.231	8.005.844	(F)		9.334.231	8.005.844
				Resultados operacionais:	(B)-(A)	(1.713.919)	(1.929.066)
				Resultados financeiros:	(D-B)-(C-A)	6.121.797	4.979.701
				Resultados correntes:	(D)-(C)	4.407.878	3.050.635
				Resultados antes impostos:	(F)-(E)	4.525.876	3.349.622
				Resultado líquido do semestre:	(F)-(G)	4.513.315	3.339.662

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas para o semestre findo em 30 de Junho de 2003.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SOMAGUE - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2003 E 2002

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>30-06-03</u>	<u>30-06-02</u>
Prestações de serviços	16	1.047.476	1.047.476
Custo das prestações de serviços	51.a)	<u>(2.543.031)</u>	<u>(2.724.632)</u>
Resultados brutos		(1.495.555)	(1.677.156)
 Custos de distribuição		(4.168)	(65.576)
Custos administrativos		(187.285)	(173.768)
Outros custos e perdas operacionais		<u>(26.912)</u>	<u>(12.566)</u>
Resultados operacionais		(1.713.919)	(1.929.066)
 Custo líquido de financiamento	51.b)	(607.743)	(537.981)
Ganhos em filiais e associadas	45	6.729.540	5.517.682
Ganhos não usuais ou não frequentes	46	<u>117.998</u>	<u>298.987</u>
Resultados correntes		4.525.876	3.349.622
 Impostos sobre os resultados correntes	6 e 49	<u>(12.561)</u>	<u>(9.960)</u>
Resultado líquido do semestre		<u><u>4.513.315</u></u>	<u><u>3.339.662</u></u>
 Resultado por acção		0,17	0,13

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções
para o semestre findo em 30 de Junho de 2003.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SOMAGUE-SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2003 E 2002

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>30-06-03</u>	<u>30-06-02</u>
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</u>			
Recebimentos de clientes		(371.135)	1.449.884
Pagamentos a fornecedores		(746.769)	(1.155.379)
Pagamentos ao pessoal		(945.870)	(1.203.231)
Fluxos gerados pelas operações		(2.063.774)	(908.726)
Pagamento do imposto sobre o rendimento		-	(20.428)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		339.170	850.840
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		(1.724.604)	(78.314)
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		30.643	36.838
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(64.370)	(5.744)
Fluxos das actividades operacionais (1)		(1.758.331)	(47.220)
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>			
Recebimentos provenientes de :			
Investimentos financeiros	<u>10 e 52</u>	5.187.979	-
Imobilizações incorpóreas		38.361	-
Imobilizações corpóreas		998.732	757.944
Dividendos	52	3.915.000	2.360.000
		<u>10.140.072</u>	<u>3.117.944</u>
Pagamentos respeitantes a :			
Investimentos financeiros	10 e 52	(4.046.263)	(3.571.087)
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>6.093.809</u>	<u>(453.143)</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		53.954.856	-
Aumento de capital e prémios de emissão de acções	35 e 40	-	17.500.000
Venda de acções próprias		-	17.489
		<u>53.954.856</u>	<u>17.517.489</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(52.628.353)	(7.979.365)
Juros e custos similares		(1.717.493)	(1.391.978)
Amortizações de contratos de locação financeira		(20.040)	(6.734)
Dividendos	40	(3.915.000)	(2.360.000)
Aquisição de acções próprias		-	(26.712)
		<u>(58.280.886)</u>	<u>(11.764.789)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(4.326.030)</u>	<u>5.752.700</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		9.448	5.252.337
Caixa e seus equivalentes no início do semestre		18.458	23.595
Caixa e seus equivalentes no fim do semestre	52	27.906	5.275.932

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de Junho de 2003.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2003

(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Somague - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Empresa") foi constituída em 21 de Janeiro de 1952, tendo em 29 de Dezembro de 1993 adoptado a actual denominação e o objecto social de gestão de participações financeiras noutras sociedades, como forma indirecta do exercício de actividade económica.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Estas demonstrações financeiras reflectem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, estas demonstrações financeiras somente incluem o efeito de consolidação dos resultados e capitais próprios das empresas participadas, mas não incluem o efeito de consolidação integral ao nível de activos, passivos, proveitos e custos. A Empresa irá preparar e apresentar em separado demonstrações financeiras consolidadas. O efeito desta consolidação consiste em aumentar o activo e o passivo (excluindo interesses minoritários) em 676.115.291 Euros e 671.666.174 Euros, respectivamente, e aumentar os proveitos em 6.636.038 Euros.

Na Nota 16 é apresentada informação financeira relativa às empresas do grupo e associadas.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas compreendem essencialmente despesas de instalação, aumentos de capital e trespasses (diferenças apuradas na compra de participações financeiras). As imobilizações incorpóreas são amortizadas pelo método das quotas constantes, durante um período que varia entre três e cinco anos, excepto os trespasses que são essencialmente amortizados durante um período de vinte anos (Notas 3.d) e 9)).

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 e 4

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na alínea anterior, são registados como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição, ou da primeira aplicação do referido método.

Nas aquisições de partes de capital em empresas do grupo realizadas até 31 de Dezembro de 1996, as diferenças entre o custo de aquisição e o valor proporcional à participação da Empresa nos capitais próprios dessas empresas à data de aquisição, ou da primeira aplicação do referido método, foram registadas na rubrica “Ajustamentos de partes de capital”. A partir daquela data, as diferenças apuradas na compra das participações financeiras em empresas do grupo passaram a ser registadas na rubrica de “Trespases” (Nota 3.a)).

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas em cada exercício pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, e por outras variações de capital próprio dessas empresas, por contrapartida da rubrica “Ajustamentos de partes de capital”. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os investimentos financeiros noutras empresas encontram-se registados ao custo de aquisição e os empréstimos concedidos a empresas do grupo ao valor nominal. As perdas estimadas na realização dessas participações financeiras e empréstimos encontram-se registadas na rubrica provisão para investimentos financeiros (Nota 10).

e) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 50).

f) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes em 30 de Junho de 2003. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício.

g) Ganhos e perdas apurados na variação de participações em empresas do grupo

Os ganhos ou perdas resultantes de variações na participação no capital em empresas do grupo ou associadas, são registados na demonstração de resultados (Nota 46) do período em que ocorrem.

h) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada numa reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ou ajustar em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

6. IMPOSTOS

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC, actualmente à taxa anual de 30%, acrescida de Derrama até à taxa máxima de 10%, atingindo uma taxa agregada de 33%. Em 30 de Junho de 2003, a Empresa (enquanto sociedade dominante) e algumas das suas participadas (localizadas em Portugal e onde a percentagem de participação é igual ou superior a 90%) estão abrangidas pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades, previsto no artigo 63º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC. Nesta conformidade, os resultados fiscais das suas participadas concorrem para a matéria colectável da Empresa. A opção por este regime conduz a que o custo com o imposto sobre o rendimento seja reconhecido na esfera individual de cada empresa participada e a conta a pagar ao Estado esteja reflectida na empresa enquanto sociedade dominante.

Nos termos do art. 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusivé, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 1999 a 2002 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Em resultado da revisão efectuada pelas autoridades fiscais à declaração de IRC de anos anteriores de determinadas empresas participadas, surgiram correcções aos prejuízos fiscais declarados, no montante de, aproximadamente 18.200.000 Euros. O Conselho de Administração, com base nos pareceres técnicos dos seus consultores, entende que a referida liquidação não tem provimento, pelo que a mesma foi reclamada, desconhecendo-se a esta data o seu desfecho.

O encargo de imposto registado no exercício findo em 30 de Junho de 2003, corresponde essencialmente a:

	Base fiscal	Imposto
Resultado antes de imposto	4.525.875	
Diferenças temporárias	-	
Diferenças permanentes	(5.709.258)	
	<u>(1.183.383)</u>	
Encargo normal de imposto		(390.516)
Efeito da tributação pelo lucro consolidado		390.516
Tributação autónoma		12.561
Impostos diferidos		-
Encargos do exercício		<u>12.561</u>

As diferenças permanentes referem-se, essencialmente, aos efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial, na valorização dos investimentos financeiros.

A Empresa aplicou pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, as disposições da Directriz Contabilística nº 28, relativas à contabilização dos impostos diferidos.

Os movimentos ocorridos no semestre, em resultado da adopção deste normativo, quanto à sua natureza e impacto, são como segue:

	Efeitos de exercícios anteriores (Nota 40)	Efeito do exercício	Saldo final
<u>Activos por impostos diferidos:</u>			
Provisões para investimentos financeiros	49.360	-	49.360
Provisões para outros riscos e encargos	100.875	-	100.875
	<u>150.236</u>	<u>-</u>	<u>150.236</u>
<u>Passivos por impostos diferidos:</u>			
Mais valias não tributadas por reinvestimento	823.017	-	823.017

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o exercício findo em 30 de Junho de 2003, o número médio de empregados ao serviço da Empresa foi de 6 pessoas.

9. AMORTIZAÇÃO DOS TRESPASSES

Conforme referido na Nota 3.a), as diferenças apuradas na aquisição de participações financeiras são essencialmente amortizadas em vinte anos, correspondente ao período estimado de recuperação dos investimentos.

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2003, o movimento ocorrido no valor de custo das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

Rubricas	Activo Bruto				Saldo final
	Saldo inicial	Equivalência patrimonial	Aumentos	Alienações	
<u>Imobilizações incorpóreas:</u>					
Despesas de instalação	7.407.703	-	-	-	7.407.703
Trespases	39.730.055	-	-	-	39.730.055
	<u>47.137.758</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>47.137.758</u>
<u>Imobilizações corpóreas:</u>					
Equipamento de transporte	116.183	-	-	(83.698)	32.485
Equipamento administrativo	66.599	-	-	-	66.599
	<u>182.782</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(83.698)</u>	<u>99.084</u>
<u>Investimentos financeiros (Nota 16):</u>					
Partes de capital em empresas do grupo	135.085.939	3.522.484	-	-	138.608.423
Empréstimos a empresas do grupo	45.692.644	-	4.046.263	(5.187.979)	44.550.928
Partes de capital em empresas associadas	52.958	-	-	-	52.958
Empréstimos a empresas associadas	776.130	-	-	-	776.130
Títulos e outras aplicações financeiras	2.370.917	-	-	-	2.370.917
	<u>183.978.588</u>	<u>3.522.484</u>	<u>4.046.263</u>	<u>(5.187.979)</u>	<u>186.359.356</u>

Rubricas	Amortizações e provisões			Saldo final
	Saldo inicial	Reforço	Alienações	
<u>Imobilizações incorpóreas:</u>				
Despesas de instalação	6.998.737	204.483	-	7.203.220
Trespases	9.247.085	993.251	-	10.240.336
	<u>16.245.822</u>	<u>1.197.734</u>	<u>-</u>	<u>17.443.556</u>
<u>Imobilizações corpóreas:</u>				
Equipamento de transporte	74.334	3.488	(45.337)	32.485
Equipamento administrativo	34.259	3.802	-	38.061
	<u>108.593</u>	<u>7.290</u>	<u>(45.337)</u>	<u>70.546</u>
<u>Investimentos financeiros (Nota 16):</u>				
Partes de capital em empresas associadas	10.930	-	-	10.930
Títulos e outras aplicações financeiras	149.577	-	-	149.577
	<u>160.507</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>160.507</u>

Os trespases resultantes da aquisição de partes de capital em empresas participadas foram determinados como segue:

	Valor de compra	Capital próprio na data de aquisição	Percentagem de participação	Trespasse
Soconstroi - Sociedade de Construções, S.A.	43.040.029	14.605.490	100%	28.434.539
Somague - Concessões e Serviços, S.A.	13.953.506	5.540.523	20%	8.412.983
Somague Ambiente, SGPS, S.A.	3.899.303	1.016.770	21,5%	2.882.533
				<u>39.730.055</u>

A aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos financeiros em empresas do grupo em 30 de Junho de 2003, teve o seguinte impacto:

Empresas	Ganhos em empresas do grupo (Nota 45)	Perdas em empresas do grupo (Nota 45)	Provisões (Nota 34)	Ajustamentos de partes de capital (Nota 40)	Dividendos recebidos	Total
Somague Engenharia, S.A. ("Somague Engenharia")	5.037.788	-	-	(1.103.039)	(3.915.000)	19.749
Somague Ambiente, SGPS, S.A. ("Somague Ambiente")	75.978	-	-	(82.783)	-	(6.805)
Somague Serviços, SGPS, S.A. ("Somague Serviços")	-	(376.115)	376.115	-	-	-
Somague - Concessões e Serviços, S.A. ("Somague Concessões")	1.073.563	-	-	1.556.345	-	2.629.908
Somague PMG - Promoção e Montagem de Negócios, S.A. ("Somague PMG")	918.326	-	-	(38.694)	-	879.632
	<u>7.105.655</u>	<u>(376.115)</u>	<u>376.115</u>	<u>331.829</u>	<u>(3.915.000)</u>	<u>3.522.484</u>

Os movimentos verificados na rubrica "Ajustamentos de partes de capital" são essencialmente resultado do efeito cambial apurado na conversão das demonstrações financeiras de empresas participadas expressas em moeda estrangeira.

Os aumentos e alienações indicados na rubrica "Empréstimos a empresas do grupo", encontram-se discriminados na Nota 53.

16. EMPRESAS DO GRUPO

Em 30 de Junho de 2003, os investimentos financeiros tinham a seguinte composição:

	Capital	Percentagem	Valor dos capitais próprios	Valor de balanço
<u>Partes de capital em empresas do grupo:</u>				
Somague Engenharia	58.450.000	100%	100.224.581	100.323.949
Somague Concessões	30.000.000	100%	25.431.248	25.431.248
Somague Ambiente	5.000.000	100%	2.685.430	2.683.052
Somague PMG	7.250.000	100%	10.173.663	10.170.174
Somague Serviços	500.000	100%	(765.748)	-
				<u>138.608.423</u>
<u>Empréstimos a empresas do grupo:</u>				
Somague Ambiente				18.374.362
Somague Concessões				19.432.076
Somague PMG				6.294.490
Somague Serviços				450.000
				<u>44.550.928</u>
<u>Partes de capital em empresas associadas:</u>				
PEVR - Parques de Estacionamento de Vila Real, S.A. ("PEVR")	50.000	80%	(342.967)	42.028
Somaguinter, Lda.	21.860	50%	10.930	10.930
				<u>52.958</u>
<u>Empréstimos a empresas associadas:</u>				
PEVR				<u>776.130</u>
<u>Títulos e outras aplicações financeiras:</u>				
Somague Warrants				<u>2.370.917</u>
Provisões para perdas em investimentos financeiros				<u>(160.507)</u>
				<u>186.198.849</u>

Os empréstimos a empresas do grupo e associadas em 30 de Junho de 2003 venciam juros à taxa Euribor a 12 meses acrescidos de um "spread" de 1,5% e não tinham prazo de reembolso definido.

A participação no PEVR encontra-se registada ao custo de aquisição, uma vez que é detida com a finalidade de venda num futuro próximo.

Os saldos em 30 de Junho de 2003 e as principais transacções efectuadas com as empresas do grupo durante o exercício findo naquela data, são os seguintes:

	Somague Engenharia	Somague Concessões	Somague Ambiente	Somague PMG	Somague Serviços	Outras empresas	Total
Saldos:							
Clientes, conta corrente	1.976.087	2.112.630	1.305.765	387.221	7.138	408.487	6.197.328
Fornecedores, conta corrente	-	-	367	-	-	20.862	21.229
Outros devedores	2.807.679	79.184	2.758	114.953	4.038	309.176	3.317.788
Outros credores	-	-	-	-	-	998	998
Transacções:							
Fornecimentos e serviços externos	81.975	-	1.098	-	-	4.170	87.243
Prestações de serviços	1.047.476	-	-	-	-	-	1.047.476
Custos financeiros:							
Proveitos financeiros (Nota 45)	81.764	383.318	377.577	120.726	6.365	-	969.750

30. DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS

Em 30 de Junho de 2003, encontram-se penhoradas a favor de entidades financeiras 2.100.000 acções representativas do capital da Somague Concessões. Estes títulos foram dados como garantia às seguintes transacções: (i) 1.200.000 acções relativas ao financiamento obtido pela Empresa para a aquisição de 20% do capital da Somague Concessões (Nota 48); (ii) 900.000 acções relativas à aquisição pela Somague Concessões de 3,23% do capital da Lusoponte.

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 30 de Junho de 2003, a Empresa tinha prestado garantias bancárias a favor de terceiros, no montante de 28.929 Euros.

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2003, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Provisões para investimentos financeiros	160.507	-	-	160.507
Provisões para riscos e encargos:				
Provisões para complementos de reforma	155.756	-	-	155.756
Provisões para processos judiciais em curso	150.015	-	-	150.015
Provisão para outros riscos (Nota 10)	389.633	376.115	-	765.748
	695.404	376.115	-	1.071.519

A provisão para complementos de reforma refere-se ao valor estimado relativo a compromissos assumidos pela Empresa em relação ao pagamento de complementos de reforma a dois ex-administradores.

A provisão para processos judiciais em curso é calculada com base na melhor estimativa do Conselho de Administração e dos advogados da Empresa, relativamente ao desfecho final dos processos judiciais em curso em 30 de Junho de 2003.

A provisão para outros riscos refere-se à participação nos capitais próprios negativos de uma empresa participada.

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 30 de Junho de 2003, o capital da Empresa era representado por 26.100.000 acções ao portador, com o valor nominal de cinco Euros cada.

37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL SUBSCRITO

Em 30 de Junho de 2003, eram detentoras de mais de 20% do capital subscrito as seguintes entidades:

Freman Investments, Ltd.	31,50 %
Sacyr, S.A.	29,69 %

40. VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o semestre findo em 30 de Junho de 2003, foi como segue:

	Saldo inicial	Aumento/ diminuição	Transferências	Saldo final
Capital	130.500.000	-	-	130.500.000
Prémios de acções	39.470.047	-	-	39.470.047
Ajustamentos de partes de capital (Nota 10)	(58.158.458)	331.829	-	(57.826.629)
Reserva legal	2.200.444	-	400.000	2.600.444
Outras reservas	729.078	-	-	729.078
Resultados transitados (Nota 6)	20.036.131	-	2.404.421	22.440.552
Resultado líquido do exercício	7.225.171	4.513.315	(7.225.171)	4.513.315
	<u>142.002.413</u>	<u>4.845.144</u>	<u>(4.420.750)</u>	<u>142.426.807</u>

Prémio de emissão de acções: Segundo a legislação em vigor, a utilização do saldo desta rubrica segue o regime aplicável à reserva legal.

Reserva legal: De acordo com a legislação vigente, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal no mínimo 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja no mínimo 20% do capital. Esta reserva não pode ser distribuída aos accionistas, podendo contudo, ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas ou incorporada no capital.

Aplicação de resultados: De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 28 de Abril de 2003, o resultado líquido do exercício de 2002 foi aplicado em reserva legal, resultados transitados, na distribuição de dividendos e em gratificações à gestão nos montantes de 400.000 Euros, 2.404.421 Euros, 3.915.000 Euros e 505.750 Euros, respectivamente.

43. REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais no semestre findo em 30 de Junho de 2003 ascenderam a 369.361 Euros.

45. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos semestres findos em 30 de Junho de 2003 e 2002, têm a seguinte composição:

	2003	2002
<u>Custos e perdas:</u>		
Juros suportados	1.364.218	1.153.011
Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	376.115	373.462
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	672
Outros custos e perdas financeiros	242.257	146.791
	<u>1.982.590</u>	<u>1.673.936</u>
Resultados financeiros	<u>6.121.797</u>	<u>4.979.701</u>
	<u>8.104.387</u>	<u>6.653.637</u>
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	7.105.655	5.891.144
Juros obtidos (Nota 16)	998.732	737.492
Outros proveitos e ganhos financeiros	-	25.001
	<u>8.104.387</u>	<u>6.653.637</u>

A rubrica "Outros custos e perdas financeiros" inclui o montante de 219.694 Euros relativo a despesas com papel comercial.

46. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos semestres findos em 30 de Junho de 2003 e 2002, têm a seguinte composição:

	2003	2002
<u>Custos e perdas:</u>		
Donativos	49.880	-
Multas e penalidades	60	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	14.430	5.744
	<u>64.370</u>	<u>5.744</u>
Resultados extraordinários	<u>117.998</u>	<u>298.987</u>
	<u>182.368</u>	<u>304.731</u>
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Ganhos em imobilizações	14.681	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	15.962	36.767
Excesso de estimativa para imposto	151.725	267.892
Outros proveitos e ganhos extraordinários	-	72
	<u>182.368</u>	<u>304.731</u>

Os custos e proveitos referentes a "Correcções relativas a exercícios anteriores" dizem respeito a imposto e regularizações de custos com publicidade, respectivamente.

48. DÍVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 30 de Junho de 2003, as dívidas a instituições de crédito tinham a seguinte composição:

	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total
Empréstimo por obrigações (a)	8.108.750	-	8.108.750
Empréstimo por obrigações com warrants (b)	-	5.190.773	5.190.773
Papel comercial (c)	-	38.250.000	38.250.000
Empréstimos bancários (d)	-	20.100.000	20.100.000
Descobertos bancários	7.829.302	-	7.829.302
	<u>15.938.052</u>	<u>63.540.773</u>	<u>79.478.825</u>

- (a) Empréstimo obtido em 29 de Abril de 1997, vence juros semestralmente, à taxa Euribor a 180 dias, acrescida de meio ponto percentual. A taxa de juro anual em vigor em 30 de Junho de 2003 era de 3,0625%. O reembolso do empréstimo será efectuado em Abril de 2004.
- (b) Em 14 de Maio de 1998, a Empresa emitiu um empréstimo por obrigações com “warrants” no montante de 49.879.790 Euros, tendo procedido posteriormente ao resgate de 8.959.765 obrigações. Este empréstimo vence juros semestralmente à taxa Euribor a 180 dias, deduzida de meio ponto percentual. A taxa de juro anual em 31 de Dezembro de 2002 era de 1,905%. As obrigações serão reembolsadas ao par, num prazo máximo de 7 anos, podendo a Empresa optar pelo reembolso antecipado no final do quinto ano. A cada duas obrigações será atribuído o direito de subscrever uma acção da Empresa de 14 de Outubro a 16 de Novembro de 2005, ao preço unitário de 12,47 Euros.
- (c) O empréstimo sob a forma de “Papel comercial grupado”, no valor global de 50.750.000 Euros, está a ser utilizado pela Somague SGPS no montante de 38.250.000 Euros, foi obtido ao abrigo de um contrato programa celebrado em 20 de Março de 2003, vence juros semestralmente a uma taxa de juro anual variável, que em 30 de Junho de 2003 era de 2,66%. Este empréstimo encontra-se classificado em médio e longo prazo uma vez que existe um compromisso com as instituições bancárias colocadoras em se proceder a emissões sucessivas durante o período do programa (cinco anos).
- (d) Os empréstimos bancários de médio e longo prazo no montante de 20.100.000 Euros discriminam-se como segue:

Contrato no montante de 16.100.000 Euros, celebrado em 26 de Agosto de 2002 destinado ao financiamento da aquisição de 1.200.000 acções do capital social da Somague Concessões (Nota 10) e à cessão de suprimentos. Este empréstimo vence juros semestralmente à taxa Euribor a 180 dias, acrescida de 1,25%. O capital será amortizado em quatro prestações anuais iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 26 de Agosto de 2004. Conforme referido na Nota 30, este empréstimo encontra-se garantido através de penhor de 1.200.000 acções da Somague Concessões.

Contrato no montante de 4.000.000 Euros, celebrado em 16 de Maio de 2003 destinado ao reembolso do empréstimo obrigacionista emitido em 27 de Abril de 1997. Este empréstimo vence juros trimestralmente à taxa Euribor a 90 dias, acrescida de 1,75%. O capital será amortizado no vencimento do contrato que ocorrerá em 16 de Agosto de 2004.

49. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 30 de Junho de 2003, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre Rendimento das Pessoas Colectivas	385.844	3.197.758
Imposto sobre Rendimento das Pessoas Singulares	-	172.455
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-	56.727
Contribuições para a Segurança Social	-	21.941
Outros	-	-
	<u>385.844</u>	<u>3.448.881</u>

Em 30 de Junho de 2003, o saldo credor do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas inclui:

Estimativa de imposto	3.286.316
Retenções na fonte	(88.558)
	<u>3.197.758</u>

Este valor foi apurado no âmbito do regime especial de tributação dos grupos de sociedades, conforme referido na Nota 6, corresponde às seguintes empresas:

Somague Engenharia	2.826.792
Somague PMG	114.953
Somague TI - Tecnologias de Informação, S.A.	104.641
AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A.	70.212
Hidurbe - Gestão de Resíduos, S.A.	65.331
Somague SGPS	12.561
Somague Ambiente	2.253
Somague Serviços	1.015
	<u>3.197.758</u>

50. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 30 de Junho de 2003, estas rubricas tinham a seguinte composição:

Acréscimos de proveitos:

Regularização de prémios de seguro	23.907
Juros a facturar	20.451
	<u>44.358</u>

Custos diferidos:

Encargos financeiros - papel comercial	<u>553.491</u>
--	----------------

Acréscimos de custos:

Encargos financeiros e não pagos	316.083
Encargos com férias e subsídios de férias	88167
	<u>404.250</u>

51. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Na elaboração desta demonstração foram seguidos os seguintes critérios:

- a) A rubrica “Custo das prestações de serviços” da demonstração dos resultados por funções (“DRF”) inclui várias rubricas da demonstração dos resultados por naturezas (“DRN”), nomeadamente fornecimentos e serviços externos (à excepção de rendas e alugueres, seguro do edifício, comunicação, material de escritório e despesas de condomínio que se encontram registados em “Custos administrativos”), remunerações, amortizações e impostos.
- b) A rubrica “Custo líquido de financiamento” refere-se à diferença entre proveitos e ganhos e custos e perdas financeiros à excepção dos ganhos/perdas em empresas do grupo que se encontram registados em “Ganhos em filiais e associadas” e de provisões para aplicações financeiras que a Empresa registou em “Perdas em outros investimentos”.

52. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 30 de Junho de 2003 e em 31 de Dezembro de 2002 e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquelas datas, são como segue:

	2003	2002
Numerário	789	777
Depósitos bancários	27.117	17.681
Caixa e seus equivalentes	<u>27.906</u>	<u>18.458</u>

Os fluxos financeiros com a aquisição e alienação de partes de capital, bem como os relativos a operações de outra natureza com empresas do grupo foram como segue:

	2003	2002
Numerário	789	777
Depósitos bancários	27.117	17.681
Caixa e seus equivalentes	<u>27.906</u>	<u>18.458</u>

Pagamentos:

Empréstimos a empresas do grupo:

Somague Concessões	1.200.000
Somague Ambiente	2.296.264
Somague Serviços	550.000
	<u>4.046.264</u>

Recebimentos:

Empréstimos a empresas do grupo:

Somague Engenharia	4.987.979
Somague Serviços	200.000
	<u>5.187.979</u>

Dividendos:

Somague Engenharia	<u>3.915.000</u>
--------------------	------------------

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTRADO

NA CMVM SOBRE A INFORMAÇÃO SEMESTRAL

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso relatório de revisão limitada sobre a informação do semestre findo em 30 de Junho de 2003, da Somague - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Empresa”), incluída: no relatório de gestão, no balanço, que evidencia um total de 228.138.178 Euros e um total de capital próprio de 142.426.807 Euros, incluindo um resultado líquido de 4.513.315 Euros e nas demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e dos fluxos de caixa do semestre findo naquela data e no correspondente anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação adicional, são as que constam dos registos contabilísticos da Empresa.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação da informação financeira histórica semestral de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (ii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iii) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo e, consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código de Valores Mobiliários.

6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação financeira semestral.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do semestre findo em 30 de Junho de 2003 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

9. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e não consolidado e, foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, através do qual são considerados nos resultados líquidos e no capital próprio os efeitos da consolidação dos resultados e dos capitais próprios das empresas participadas, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos e proveitos totais, o que será efectuado em demonstrações financeiras consolidadas a apresentar em separado e que consiste em aumentar os activos e os passivos, excluindo interesses minoritários, em, aproximadamente, 679.554.000 Euros e 670.678.000 Euros, respectivamente, e aumentar os proveitos totais em, aproximadamente, 399.343.000 Euros.
10. As demonstrações financeiras anexas incluem investimentos financeiros em empresas participadas que detêm participações e contas a receber de entidades sediadas em países africanos de, aproximadamente, 32.438.000 Euros (30.856.000 Euros em 31 de Dezembro de 2002). A realização deste montante depende do sucesso das operações futuras dessas empresas participadas e da capacidade daquelas entidades de efectuarem os referidos pagamentos.
11. As demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2002 e 31 de Dezembro de 2002, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós revistas. Os relatórios por nós emitidos em decorrência desses trabalhos, datados respectivamente de 12 de Setembro de 2002 e 13 de Março de 2003, não incluíam qualquer reserva, incluíam duas ênfases similares às referidas nos parágrafos 9 e 10 acima e duas ênfases não aplicáveis às demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2003.

Lisboa, 16 de Setembro de 2003